

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**ALLAN BRITO MEIRA**

**UMA VERIFICAÇÃO DA CRIAÇÃO E DESVIO DE COMÉRCIO DO  
BRASIL PARA OS CASOS DO MERCOSUL, ESTADOS UNIDOS E  
CHINA – PERÍODO DE 1990 A 2014**

**VITÓRIA DA CONQUISTA - BA  
2016**

**ALLAN BRITO MEIRA**

**UMA VERIFICAÇÃO DA CRIAÇÃO E DESVIO DE COMÉRCIO DO  
BRASIL PARA OS CASOS DO MERCOSUL, ESTADOS UNIDOS E  
CHINA – PERÍODO DE 1990 A 2014**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Economia.

**ORIENTADOR:  
CARLOS MOISÉS OLIVEIRA CHAVES**

**VITÓRIA DA CONQUISTA - BA  
2016**

M451v Meira, Allan Brito.  
Uma verificação da criação e desvio de comércio do Brasil para os casos do MERCOSUL, Estados Unidos e China – Período de 1990 a 2014. / Allan Brito Meira, 2016.  
72f.  
Orientador (a): Carlos Moisés Oliveira Chaves.  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação),  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2016.  
Inclui referências. 62- 67.  
1. MERCOSUL – Comércio internacional 2. Integração economia. 3. Brasil – Relações exteriores – Estados Unidos e China. I. Chaves, Carlos Moisés Oliveira. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III. T

**ALLAN BRITO MEIRA**

**UMA VERIFICAÇÃO DA CRIAÇÃO E DESVIO DE COMÉRCIO DO BRASIL  
PARA OS CASOS DO MERCOSUL, ESTADOS UNIDOS E CHINA –  
PERÍODO DE 1990 A 2014**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Aprovada em 02/05/2016

**BANCA EXAMINADORA**

---

Carlos Moisés Oliveira Chaves  
Orientador

---

Gildásio Santana Júnior  
Examinador

---

Rondinaldo Silva das Almas  
Examinador

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço, aos meus pais Mabel e Antônio e minha irmã Mirela que não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

Agradeço também a todos os professores que me acompanharam durante a graduação, aos que me orientaram como aluno-monitor nas disciplinas permitindo que tivesse um conhecimento mais acurado, e em especial ao professor Carlos Moisés Oliveira Chaves pela paciência, comprometimento e incentivo na orientação que tornaram possível a conclusão desta monografia.

Aos colegas, amigos e funcionários do colegiado do curso de Ciências Econômicas UESB, a galera do PET Economia que de alguma forma me ajudaram a dar mais este passo.

Finalmente, a todos que fizeram parte deste processo e que me acompanharam nessa etapa tão significativa para mim.

## RESUMO

O presente trabalho monográfico discorre sobre a criação e desvio de comércio do Brasil para os casos do MERCOSUL, Estados Unidos e China. Assim, o problema de pesquisa é a partir da integração internacional do Brasil com o MERCOSUL houve criação de comércio ou desvio de comércio, com ganhos ou perdas de bem-estar. A hipótese geral é que a integração internacional do Brasil com o MERCOSUL acarreta em criação de comércio ganho de bem-estar. Como objetivo central buscou-se analisar as relações comerciais estabelecidas entre o Brasil e o MERCOSUL, Estados Unidos e China, verificando se este comércio internacional determinou a criação ou desvio de comércio para o Brasil. Para tanto recorreu à metodologia de pesquisa bibliográfica em livros, artigos e revistas que discutem sobre o tema, análise gráfica dos dados do comércio exterior e a estimação do indicador de Grau de Abertura Comercial para avaliar a evolução das trocas do Brasil com os demais parceiros comerciais estudados. A fonte de dados utilizada procede da Secretaria do Comércio Exterior (SECEX) e da UNSD (United Nations Statistics Division). O principal referencial teórico é a teoria da integração regional. Primeiramente se caracteriza o comércio internacional, os tipos de integração econômica e apresentação cronológica dos processos integracionistas na América Latina, desde o surgimento da CEPAL até o MERCOSUL. Em seguida é apresentado a Tarifa Externa Comum (TEC) e as variáveis exportações, importações e o Grau de Abertura Comercial partindo para apresentação da evolução destas variáveis do Brasil como os demais parceiros comerciais. Por fim a estimação dos efeitos criação e desvio de comércio será através da comparação da evolução do Grau de Abertura Comercial do Brasil com o MERCOSUL, Estados Unidos e China. Como resultado, verificou-se que o ingresso do Brasil no MERCOSUL não resultou em desvio de comércio, pois observa um aumento das relações comerciais do Brasil com o bloco, com os Estados Unidos e, com a China, portanto acarretando em ampliação do bem-estar nacional.

**Palavras-Chave:** Criação e desvio de comércio, MERCOSUL, Brasil, Estados Unidos, China.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Intercâmbio comercial do Brasil com os Estados Unidos no período 1990 a 2014 (Em bilhões de dólares a preços FOB).....	39
Gráfico 02	Grau de Abertura Comercial do Brasil com os Estados Unidos 1990 a 2014	41
Gráfico 03	Intercâmbio comercial do Brasil com o MERCOSUL no período 1990 a 2014 (Em bilhões de dólares a preços FOB).....	42
Gráfico 04	Grau de Abertura Comercial do Brasil com o MERCOSUL 1990 a 2014....	45
Gráfico 05	Intercâmbio comercial do Brasil com a China no período 1990 a 2014 (Em bilhões de dólares a preços FOB).....	46
Gráfico 06	Grau de Abertura Comercial do Brasil com a China 1990 a 2014.....	48
Gráfico 07	Efeitos estáticos sobre o bem estar de uma união aduaneira.....	50
Gráfico 08	Evolução do Grau de Abertura Comercial do Brasil com os Estados Unidos, MERCOSUL e China 1990 a 2014.....	54

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Preferência Tarifária no Comércio Intrabloco.....	35
----------	---	----

## **LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS**

ALADI	Associao Latino-Americana de Integrao
ALALC	Associao Latino-Americana de Livre Comércio
CEE	Comunidade Econômica Europeia
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio
MCCA	Mercado Comum Centro-Americano
MERCOSUL	Mercado Comum do Cone Sul
OMC	Organizao Mundial de Comércio
PIB	Produto Interno Bruto
NAFTA	Acordo de Livre-Comércio da América do Norte
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
TEC	Tarifa Externa Comum
EU	União Europeia

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>1. COMÉRCIO INTERNACIONAL, TIPOS DE INTEGRAÇÃO E OS PROCESSOS INTEGRACIONISTAS NA AMÉRICA LATINA</b> .....	12
<b>1.1 Comércio internacional</b> .....	12
<b>1.2 Tipos de Integração Econômica</b> .....	16
<b>1.3 Os Processos Integracionistas na América Latina</b> .....	21
1.3.1. <i>Origem década de 1950: o pensamento da CEPAL</i> .....	21
1.3.2. <i>Em busca da integração década de 1960</i> .....	23
1.3.3. <i>Os entraves econômicos nas décadas de 1970 e 1980</i> .....	25
1.3.4. <i>Ressurgimento da integração na década de 1990: O “Regionalismo Aberto” e o MERCOSUL</i> .....	28
1.3.5. <i>Evolução e perspectivas do MERCOSUL</i> .....	31
<b>2. RELAÇÕES COMERCIAIS DO BRASIL COM OS ESTADOS UNIDOS, MERCOSUL E CHINA E O GRAU DE ABERTURA COMERCIAL</b> .....	35
<b>2.1 Tarifa Externa Comum (TEC)</b> .....	35
<b>2.2 As exportações e importações</b> .....	36
<b>2.3 O Grau de Abertura Comercial</b> .....	38
<b>2.4 Indicadores do Brasil com os Estados Unidos</b> .....	38
2.4.1. <i>Exportações e Importações</i> .....	38
2.4.2. <i>Grau de Abertura Comercial</i> .....	41
<b>2.5 Indicadores do Brasil com o MERCOSUL</b> .....	42
2.5.1. <i>Exportações e Importações</i> .....	42
2.5.2. <i>Grau de Abertura Comercial</i> .....	44
<b>2.6 Indicadores do Brasil com a China</b> .....	45
2.6.1. <i>Exportações e Importações</i> .....	45
2.6.2. <i>Grau de Abertura Comercial</i> .....	47
<b>3. OS EFEITOS ESTÁTICOS DA INTEGRAÇÃO E ANÁLISE DA CRIAÇÃO E DESVIO DE COMÉRCIO NO BRASIL</b> .....	49
<b>3.1 Criação de Comércio e Desvio de Comércio</b> .....	49
<b>3.2 Análise de criação e desvio de comércio</b> .....	53
3.2.1. <i>Grau de Abertura Comercial 1990 a 2002.</i> .....	54
3.2.1.1 MERCOSUL.....	55
3.2.1.2 Estados Unidos.....	55
3.2.1.3 China .....	56

3.2.2. <i>Grau de Abertura Comercial 2003 a 2014</i> .....	57
3.2.2.1 MERCOSUL .....	57
3.2.2.2 Estados Unidos.....	58
3.2.2.3 China .....	59
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	60
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	62
<b>ANEXOS</b> .....	68

## INTRODUÇÃO

A princípio, o padrão de trocas internacionais pode ser discutido pela teoria das vantagens comparativas ricardianas, em que cada país deveria se especializar na produção de bens com os custos comparativos menores. A observação do padrão de trocas internacionais foi ampliada por Heckscher–Ohlin, que discutem o padrão de comércio entre países determinado pela diferença de dotação de fatores produtivos. Os benefícios da divisão internacional do trabalho perante a vigência do livre comércio permitia incrementar a produção e o consumo dos países, colocando à disposição de suas populações quantidades maiores de bens e serviços, aumentando o bem-estar.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial surgiram duas tendências no comércio internacional: a primeira com o estabelecimento de acordos multilaterais por meio da redução recíproca das barreiras de forma não discriminatórias determinado pelo Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, sigla em inglês), e uma segunda com a formação de acordos comerciais regionais entre os países signatários e medidas discriminatórias aos demais países. Neste contexto, amplia-se a discussão sobre os modelos integracionistas.

Na América Latina, o início do processo integracionista se deu nos anos de 1950 quando surgem as primeiras discussões em torno da integração regional no continente latino-americano através da Comissão Econômica da América Latina (CEPAL), que propunha a criação de um Mercado Comum latino-americano para impulsionar o processo de desenvolvimento da região. Ao longo do tempo, surgem vários modelos integracionistas, até que na década de 1990, durante o chamado “regionalismo aberto”, caracterizando como um rompimento ao pensamento anterior da CEPAL, o processo de integração ganha nova forma, com a criação do MERCOSUL.

No entanto, a constituição de um acordo comercial regional leva a resultados incertos, em termos de bem-estar, aos países envolvidos no processo de integração econômica. As implicações sobre o bem-estar podem ser verificadas pela força de dois efeitos, que são a criação de comércio, que aumenta o bem-estar; e, o desvio de comércio, que reduz o bem-estar.

O Brasil é um dos países fundadores do acordo comercial do MERCOSUL, que foi estabelecido em 1991. Segundo a SECEX (2016), o fluxo de comércio em 2014 alcançou US\$43,5 bilhões, representando 9,58% da corrente de comércio brasileira. No entanto, o Brasil também estabeleceu relações comerciais com outros países do mundo.

Em 2014, a China e os Estados Unidos, foram os principais destinos das exportações e origem das importações brasileiras. Ambos possuem, respectivamente, uma corrente de comércio de US\$ 78 bilhões e US\$ 62 bilhões com o Brasil. E, juntos o volume de comércio significa quase 30,82% das importações e das exportações brasileiras, dessa maneira apresentando um papel comercial importante para o Brasil (SECEX, 2016).

Tendo em vista a relevância que a China e os Estados Unidos têm para o comércio brasileiro e diante de 24 anos de participação do Brasil no MERCOSUL, justifica-se a análise sobre a criação ou desvio de comércio e suas implicações sobre o bem-estar nacional.

Nesse sentido, partindo-se do estudo da relação comercial do Brasil com MERCOSUL, Estados Unidos e China, esta pesquisa busca responder a seguinte questão: a partir da integração internacional do Brasil com o MERCOSUL, houve criação de comércio ou desvio de comércio, com ganhos ou perdas de bem-estar?

A hipótese geral é que a integração internacional do Brasil com o MERCOSUL acarreta em criação de comércio ganho de bem-estar. Especificamente, (i) a evolução do comércio e do Grau de Abertura Comercial do Brasil é influenciado por uma série de variáveis conjunturais; (ii) há um aumento do Grau de Abertura Comercial do Brasil com o demais parceiros comerciais, aumentando o bem-estar.

O objetivo central é analisar as relações comerciais estabelecidas entre o Brasil e o MERCOSUL, Estados Unidos e China, verificando se este comércio internacional determinou a criação ou desvio de comércio para o Brasil. De forma mais específica buscar-se-á: 1) descrever os elementos teóricos sobre comércio internacional, integração e expor as experiências integracionistas que levaram a formação do MERCOSUL; 2) apresentar a evolução das exportações e importações e o Grau de Abertura comercial do Brasil com MERCOSUL, Estados Unidos e China; 3) analisar por meio do Grau de Abertura Comercial a criação e desvio de comércio e suas implicações sobre o bem-estar.

A metodologia utilizada para alcançar o objetivo proposto na monografia será levantamento bibliográfico em livros, artigos e revistas que discutem sobre o tema. A estimação dos efeitos criação e desvio de comércio no Brasil compreende o período de 1990 a 2014. A análise ocorrerá pela determinação do Grau de Abertura Comercial do Brasil com o MERCOSUL, Estados Unidos e China. E, contará com análise gráfica das exportações e importações. Os dados utilizados na formação do indicador são fornecidos pela Secretaria do Comércio Exterior (SECEX) e UNSD (United Nations Statistics Division).

Assim, além dessa introdução, o trabalho está composto em mais três capítulos. Primeiro faz uma revisão teórica do comércio internacional, dos tipos de integração

econômica e expõe as experiências integracionistas na perspectiva histórica e teórica, que culminaram com a formação do MERCOSUL. O segundo capítulo apresenta o comércio do Brasil com o MERCOSUL, Estados Unidos e China e a determinação do Grau de Abertura Comercial ao longo do período de análise. O terceiro capítulo consiste em caracterizar os efeitos criação e desvio de comércio. Por fim, serão apresentadas as considerações finais.

## 1. COMÉRCIO INTERNACIONAL, TIPOS DE INTEGRAÇÃO E OS PROCESSOS INTEGRACIONISTAS NA AMÉRICA LATINA

Este capítulo está dividido em três seções, onde são apresentados, respectivamente: o comércio internacional; os tipos de integração econômica, benefícios e custos da integração; e uma apresentação cronológica dos processos integracionistas na América Latina, desde surgimento da CEPAL até o MERCOSUL.

### 1.1 Comércio internacional

O comércio internacional consiste basicamente na troca de bens e serviços entre países. Ao longo da história surgiram, várias teorias sobre o comércio internacional, no intuito de explicar, como as relações econômicas entre os países são estabelecidas, e conseqüentemente suas implicações sobre a produção, a renda e o emprego.

Os mercantilistas foram os primeiros a buscar entender a atribuição do comércio internacional nas economias dos países. Para os mercantilistas, a riqueza de um país e, por extensão, de seu povo, consiste na acumulação de metais preciosos, quanto maior for à quantidade de ouro e prata, em seu poder, maior seria sua riqueza. Dessa forma, para aumentar a quantidade metais preciosos um país deveria, entre outras medidas<sup>1</sup>, manter uma balança comercial superavitária, como naquela época os pagamentos internacionais ocorriam por meio de metais preciosos, quanto mais um país exportasse em relação às importações, maior seria a diferença que o país adquiria, resultando em um aumento de sua riqueza (DAINEZ *et al*, 2014).

Para a manutenção de uma balança comercial favorável, os mercantilistas defendiam um comércio exterior de caráter protecionista. A adoção de cotas, tarifas e outras políticas comerciais, eram maneiras de reduzir as importações com a intenção de preservar a posição comercial do país (CARBAUGH, 2004).

Os fisiocratas contestaram as ideias dos mercantilistas, ao enfatizar a produção agrícola, ao invés, do comércio como fonte de riqueza. O principal dogma da escola fisiocrata contra as restrições comerciais mercantilistas é o *laisse-faire, laissez-passer*.

---

<sup>1</sup> Entres outras medidas destacam-se: ampliar a produção de metais preciosos através da maior extração nas minas já em operação internamente; procurar novas minas em outros países; saque e pirataria (DAINEZ *et al*, 2014, p. 21).

Essa expressão, creditada a Vicent de Gournay (1712-1759), na realidade, significa “deixe as pessoas fazerem o que quiserem sem interferência do governo”. Os governos nunca deveriam estender sua interferência nos assuntos econômicos além do mínimo absolutamente essencial para proteger a vida e a propriedade e para manter a liberdade de adquirir. Assim os fisiocratas se opunham a quase todas as restrições feudais, mercantilistas e governamentais, favorecendo a liberdade do comércio interno, bem como o livre comércio exterior (BRUE, 2005, p. 35).

Nesse sentido, ao elaborarem, pela primeira vez, uma teoria que defendesse o livre comércio, os fisiocratas deram uma importante contribuição para o liberalismo econômico. No entanto, como descreve Brue (2005, p. 56) “os fisiocratas estavam basicamente despreocupados com o comércio exterior, exceto que eles desejavam permitir o livre fluxo de grãos no exterior”. Logo, as pretensões dos fisiocratas ao livre comércio se baseavam exclusivamente na eliminação de restrição aos bens agrícolas e não no desenvolvimento do comércio internacional.

O economista David Hume precursor da economia clássica critica a busca da manutenção de uma balança comercial sempre superavitária pelos mercantilistas, através de sua teoria do mecanismo do preço-fluxo-espécie.

Seu argumento era o de que a acumulação de ouro via superávits comerciais acabaria por afetar a oferta interna de moeda e, assim, elevar o nível de preços e salários internos. Esse aumento, por sua vez, comprometia a competitividade das exportações do país superavitário, reduzindo sua possibilidade de continuar gerando excedente comercial. Em outras palavras, o movimento de divisas entre dois países opera como um mecanismo automático que leva à igualdade entre os valores das exportações e importações (BAUMANN *et al*, 2004, p.10-11).

Dessa maneira, Hume demonstrou que não há justificativas para a manutenção de uma balança comercial superavitária, dado que o superávit acarretará em mecanismos que o eliminarão. A adoção de políticas protecionistas buscando manter a balança comercial favorável seria ineficiente. Assim, Hume acabou dando uma importante ajuda ao liberalismo, e aos teóricos clássicos defensores do livre-comércio (DAINEZ *et al*, 2014).

O economista clássico Adam Smith, era um defensor do livre-comércio, baseado no fato que o livre comércio promove a divisão internacional do trabalho. De acordo com Smith, os países podem ter benefícios a partir do comércio internacional, desde que os países se especializem na produção daquelas mercadorias, em que possuem maior vantagem absoluta em relação à outra, ou seja, cuja produção da mercadoria tenha menor custo. Assim, um país

importará mercadorias nas quais possui desvantagem absoluta e exportará aquelas mercadorias para as quais possui vantagem absoluta (CARBAUGH, 2004).

No entanto, a teoria de Smith não conseguia explicar todas as formas de comércio. O que ocorreria, no caso, se um país não produza internamente nenhuma mercadoria com um custo menor que seus parceiros comerciais, ele teria de importar tudo, e não fabricar nada internamente, ou na situação, em que um país fabrique tudo o que precisa a um custo menor que as mercadorias importadas, não existiriam justificativas para participar do comércio internacional (CARVALHO; SILVA, 2007).

A concepção teórica do comércio internacional desenvolvida por David Ricardo, assim como Smith originava-se das diferenças de custos entre os países. Todavia, diferentemente de Smith, que explicava as razões para o intercâmbio entre os países pelas vantagens absolutas, Ricardo parte sua análise pelas vantagens comparativas relativas.

Segundo Carbaugh (2004) o princípio da vantagem comparativa de Ricardo, explica que mesmo se um país possua uma desvantagem de custo absoluta na fabricação de todos os bens, ainda pode haver uma condição para um comércio reciprocamente benéfico. O país menos eficiente deveria especializar-se e exportar o bem para o qual é relativamente menos eficiente, ou seja, o bem que sua desvantagem absoluta é menor. O país mais eficiente deveria especializar-se e exportar aquele bem para o qual é relativamente mais eficiente, ou seja, para o qual sua vantagem absoluta é maior. A principal consequência prática dessa concepção teórica é que um país deveria se especializar onde os custos comparativos fossem menores.

“A recomendação de política comercial feita com base nas vantagens comparativas é a abertura unilateral ao comércio. Os países especializar-se-iam na produção dos bens nos quais deteriam vantagens comparativas, ou seja, haveria ganhos líquidos de bem-estar econômico”. (VIEIRA; CARVALHO, 1997 apud COSTA, 1999, p. 25).

A abordagem neoclássica do comércio internacional foi elaborada inicialmente por Eli Heckscher em 1919, depois desenvolvida pelo seu aluno Bertil Ohlin no início da década de 1930. Ohlin apontava que a teoria das vantagens comparativas de Ricardo não é capaz de explicar as relações comerciais entre os países, por dois motivos: primeiro pelo fato, de abordar só um único fator de produção o trabalho, segundo por não levar em consideração as implicações que a tecnologia desempenha na produtividade do trabalho. No modelo proposto por Heckcher-Ohlin, as vantagens comparativas são influenciadas pela interação entre recursos de uma nação e a tecnologia utilizada na produção (DAINEZ *et al*, 2014). De modo geral teoria de Heckcher-Ohlin afirma que.

[...] cada país tem vantagens comparativas no produto cujo processo produtivo emprega de forma intensiva o fator de produção abundante naquele país. Assim, cada país produzirá e exportará o produto intensivo em seu fator abundante (BAUMANN *et al*, 2004, p. 20).

Dessa forma, o modelo buscar explicar o padrão de comércio internacional por meio das diferenças na dotação de fatores de produção entre países. Além dessa perspectiva da dotação de fatores, a teoria de Heckcher-Ohlin foi posteriormente abordada por Paul Samuelson, em 1948, através da equalização dos preços de fatores de produção, e ficou comumente conhecida como teorema de Heckcher-Ohlin-Samuelson (BAUMANN *et al*, 2004, p. 22).

De acordo com Carvalho *et al* (2007), teorema de Heckcher-Ohlin-Samuelson descreve que o comércio de bens tem o mesmo efeito sobre as taxas de salário e de retorno sobre o capital físico que a mobilidade desses fatores, permanecendo as hipóteses do teorema de Heckscher-Ohlin.

Segundo Carbugh (2004) após o fim da Segunda Guerra Mundial surgiram duas tendências no comércio internacional. A primeira com o estabelecimento de acordos multilaterais por meio de redução recíproca das barreiras de forma não discriminatórias determinado inicialmente pelo Acordo Geral de Tarifas e Comércio–GATT e depois pela sua substituta Organização Mundial e Comércio – OMC. Tal tendência contribuía para redução de barreiras comerciais no mundo.

A segunda com a formação de acordo comercial regional envolvendo o livre comércio entre os signatários do acordo e medidas discriminatórias como tarifas e barreiras não tarifárias aos demais países fora acordo. Tal tendência do comércio internacional tem demonstrado uma exceção ao princípio da não discriminação estabelecido na OMC (CARBAUGH, 2004).

Segundo Carvalho *et al* (2007), diante do fraco desempenho no processo de liberalização com as orientações do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, sigla em inglês), acrescido a noção que uma alguma liberdade, mesmo que discriminatória ao resto do mundo seria melhor do que nada, passou compor a justificativa para formação de acordos comerciais regionais. Defendem que no mínimo entre os países membros do acordo, existiriam maior eficiência e alocação de recursos e aumento de bem-estar.

Fica evidente que comércio internacional tem passado por transformações ao longo do tempo, os padrões comerciais que foram surgindo tentaram se adequar ao contexto

histórico vigente, buscando promover a melhor alocação dos recursos entre os países, e colocar a disposição das populações quantidades maiores de bens e aumentar o bem-estar.

Depois da Segunda Guerra Mundial as relações comerciais passam a ser estabelecidas além de um âmbito unilateral, mas com a busca de um comércio multilateral e com presença marcante de acordos comerciais regionais. Assim, diante dessa nova dinâmica do comércio internacional, em que os acordos comerciais regionais passam a fazer parte se realiza a caracterização dos diferentes tipos de integração econômica.

## 1.2 Tipos de Integração Econômica

O estudo da integração econômica surge depois da Segunda Guerra Mundial, tornado um ramo independente da economia internacional. O conceito de integração é dinâmico e está relacionado ao contexto político, econômico e social dos atores envolvidos. Toma formato inicialmente a partir da concepção de um dos principais teóricos da integração econômica Bela Balassa (1972, p.11-12) que descreve:

Na linguagem corrente a palavra “integração” significa a junção de várias partes num todo. Na literatura econômica a expressão “integração econômica” não tem significado tão claro (...) propomos definir integração econômica como um processo e uma situação. Encarada como processo implica medidas destinadas a abolição de discriminações entre unidades econômicas de diferentes Estados; como situação pode corresponder a ausência de várias formas de discriminação entre economias nacionais.

Dessa maneira, a teoria da integração econômica pode ser entendida com um processo de eliminação de barreiras aos fluxos de fatores produtivos (bens, serviços, capital, trabalhadores) de duas ou mais economias nacionais que estão relacionados por meio de um acordo comercial regional.

Cabe inicialmente fazer uma distinção entre cooperação e integração. Balassa (1972) expõe que a cooperação consiste em medidas destinadas a articular políticas comerciais e reduzir a discriminação entre os países envolvidos, enquanto o processo de integração econômica adota medidas que levam efetivamente a eliminação de barreiras e algumas formas de discriminação.

Celli Júnior (2008) também descreve a diferença entre cooperação e integração. Ao caracterizar que um bloco de integração regional tem propósitos mais abrangentes, que envolve unificação, a uniformização e harmonização de políticas comerciais, econômicas e

monetárias, e a abdicação de parcela expressiva de sua soberania para instituição supranacional, já um bloco de cooperação tem objetivos mais modestos, na qual sua constituição, não necessita abrir mão de sua soberania.

Os experimentos integracionistas que surgiram ao longo do tempo, são caracterizados por diferentes graus de integração, são desde acordos de simples liberalização comercial até ambientes efetivamente integrados, que variam de acordo com sua intensidade ou aprofundamento entre os países que compõem o acordo regional (ALMEIDA *et al*, 2013). Considerando o nível de eliminação de formas de discriminação econômica entre os países, a integração econômica pode ser classificada em ordem crescente.

Segundo Almeida *et al* (2013); Balassa (1972); Baumann *et al* (2004), o primeiro nível de integração econômica é a Área de Preferência Tarifária (APT) caracterizada por uma redução ou eliminação de tarifas entre dois ou mais países, para vários produtos, mas não abrange todos. A Área de Preferência Tarifária não envolve normas de políticas comerciais com terceiras partes, mantendo dessa maneira sua liberdade política. Como exemplo desse tipo de acordo é a Associação Latino Americana de integração (ALADI) criada em 1980, pelo segundo Tratado de Montevideú, que atualmente compreende 13 países (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela), promove a criação de uma área de preferências econômicas na região.

A Zona de Livre Comércio (ZLC) é o segundo nível de integração econômica, é caracterizado pela eliminação total, ou de quase todas, as tarifas e outras barreiras entre seus participantes do acordo, como também a interrupção de quotas e outros meios limitadores ao intercâmbio de produtos, mas isso não abrange necessariamente os serviços ou a livre circulação de pessoas. Na Zona de Livre Comércio cada país-membro mantém total liberdade em suas relações econômicas e comerciais com o resto do mundo. Um exemplo contemporâneo é o Acordo de Livre-Comércio da América do Norte (NAFTA, sigla em inglês), em vigor desde 1994 entre Canadá, Estados Unidos e México, que além de eliminar as tarifas para os bens, prevê livre acesso a serviços, normas em relação a investimento e propriedade intelectual e solução de desavenças (ALMEIDA *et al*, 2013).

O terceiro nível de integração econômica é definido como a União Aduaneira, compreende um grau mais profundo de integração econômica do que a Área de Preferência Tarifária e Zona de Livre Comércio. A União Aduaneira além da eliminação total de tarifas e de outras barreiras ao comércio de bens entre os países membros do acordo pressupõe o estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC) e a adoção de uma política comercial comum diante o resto do mundo. Outra peculiaridade da União Aduaneira é poder abranger a

livre circulação de serviços, capital e trabalhadores, entre os países participantes. Um exemplo histórico, frequentemente mencionado, é a União Aduaneira formada por Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo (Benelux) em 1947, que foi incorporado pela Comunidade Econômica Europeia em 1958 (BAUMANN *et al*, 2004).

O quarto nível de integração econômica é o Mercado Comum, abarca todas as características da União Aduaneira, agregando várias outras disposições de liberalização recíproca e de mútua aceitação de padrões, com também um nível ampliado de harmonização de políticas macroeconômicas e setoriais. O Mercado Comum garante além da eliminação de barreiras e a adoção de uma TEC, a liberalização do movimento de fatores de produção (bens, serviços, capital e pessoas). O exemplo histórico e único de um Mercado Comum é a Comunidade Econômica Europeia, que surge em 1958, abrangendo ao longo de sua história 12 países (Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, e Reino Unido). Evoluindo em 1993 para União Europeia.

Outro exemplo de “mercado comum”, o MERCOSUL, não caracteriza de fato nesse nível de integração econômica. Apesar de suas pretensões de formação de um Mercado Comum entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, ele consegue avançar na eliminação de algumas barreiras e na implantação de uma TEC, todavia não chegou a estabelecer a liberalização do movimento de todos os fatores de produção (bens, serviços, capital e pessoas) entre seus membros. Considerado atualmente como uma União Aduaneira incompleta (ALMEIDA *et al*, 2013).

O quinto nível de integração composto pela União Econômica Monetária é caracterizado como um Mercado Comum, contando com uma harmonização de políticas econômicas e o estabelecimento de uma moeda comum, além de um Banco Central responsável pela política cambial e de juros para os países membros da União Econômica Monetária. O único representante na história de uma União Econômica Monetária é a União Europeia, que surge em 1993 por meio do tratado de Maastricht, composta atualmente por 28 países (Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Espanha, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Finlândia, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polónia, Portugal, Reino Unido, República

Checa, Roménia e Suécia). Cabe ressaltar que nem todos os países da União Europeia pertencem a Zona do Euro<sup>2</sup>.

Além, desses diferentes modelos integracionistas apresentados existe um último nível de integração a integração econômica total. De acordo com Balassa (1972, p.15) “[...] pressupõe a unificação das políticas monetárias, fiscais, sociais e anticíclicas, e exige o estabelecimento de uma autoridade supranacional cujas decisões são obrigatórias para os Estados membros.” Dessa maneira, este último estágio de integração econômica buscava ir além dos ganhos econômicos de um acordo regional, abrangendo a questão social e eliminando todo tipo de discriminação entre as partes.

Os modelos integracionistas descritos acima, apresentados em uma sequência crescente de etapas, de acordo com seu grau de aprofundamento, não necessariamente são obrigatórios. Um conjunto de países pode firmar um acordo, constituindo um Mercado Comum, sem a necessidade de começar por uma Área de Preferência Tarifária e passar por todas as etapas seguintes, até chegar a um Mercado Comum.

Celli Júnior (2008) expõe essa não obrigatoriedade de sequência de etapas com alguns exemplos reais: O Pacto Andino, atualmente Comunidade Andina de Nações, desde seu surgimento em 1969, possui elementos típicos de um Mercado Comum, sem necessariamente ter passado ou cumprido as etapas referentes à Zona de Livre Comércio e a União Aduaneira; o NAFTA que formou uma Zona de Livre Comércio, não almeja a formação de União Aduaneira ou Mercado Comum e a Comunidade Europeia, que previa seguir os estágios de integração, mesmo depois de ter chegado ao estágio de uma União Econômica Monetária, não estabeleceu ainda a liberdade de circulação serviços, que deveria entrar em vigor desde a formação de Mercado Comum como proposto no Tratado de Maastricht, de 1992, ainda é objetivo de muitas limitações.

Os processos de integração econômica geram benefícios para os países envolvidos no acordo. Para Almeida, Lessa e Oliveira (2013, p.27-28), as principais formas de ganho líquido, advindos de um processo de integração econômica são:

1. maior eficiência na produção, por meio da especialização crescente dos agentes econômicos segundo suas vantagens comparativas ou competitivas;
2. altos níveis de produção em virtude do maior aproveitamento das economias de escala permitidas pela ampliação de mercados;

---

<sup>2</sup> Esses países constituem a chamada Zona do Euro: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos e Portugal (UNIÃO EUROPEIA, 2015).

3. uma melhor posição de barganha no plano internacional, em virtude das dimensões ampliadas da nova área, resultando em melhores termos de negociações;
4. mudanças positivas (quase automáticas) na eficiência econômica dos agentes em virtude de maior concorrência intrassetorial e de maiores vínculos entre setores; e,
5. transformações tanto na qualidade quanto na quantidade dos fatores de produção por força de inovações incrementais e de avanços tecnológicos.

Ainda, se o grau de integração econômica conhece maior aprofundamento, partindo de seus esquemas mais simples para o formato de um mercado comum, por exemplo, fontes adicionais de ganho econômico, se tornam possíveis, como: a) mobilidade de fatores através de fronteiras dos países-membros, permitindo uma alocação “ótima” de recursos; b) coordenação de políticas monetárias e fiscais num sentido teoricamente mais racional, já que subordinadas a uma lógica impessoal e não pressão de grupos setoriais ou correntes politicamente influentes em escala nacional; e, c) os objetivos do pleno emprego (ou quase), altas taxas de crescimento econômico e de uma melhor distribuição da renda tornam-se metas comuns dos países-membros (ALMEIDA *et al*, 2013, p.27-28).

Por outro lado, se pode caracterizar os efeitos negativos de um processo de integração regional. Entre os custos os mais referidos segundo Devlin e Ffrench-Davis (1998) se destacam-se: a) as preferências estabelecidas nos acordos comerciais regionais para os países-membros podem desviar o comércio de empresas eficientes localizadas em terceiros países não pertencentes ao acordo, eventualmente afetar a eficiência dessas empresas; b) acordos de integração regional podem melhorar as relações de troca dos países-membros à custa de países não pertencentes ao acordo, incentivando o aumento de barreiras e outros tipos de proteção ao resto do mundo; c) quando existem assimetrias nos níveis tarifários entre os potenciais parceiros antes da formação do acordo, a perda de receita fiscal causada pelo processo de liberalização preferencial, pode ter efeitos distributivos expressivos; d) a integração regional pode atrair investimento direto externo à custa de outros países cuja economias seriam mais atraente com o livre-comércio; e) os benefícios da integração são na maioria das vezes distribuídos de maneira desigual entre os países-membros, tendem a se concentrar em alguns países; f) a proliferação de acordos regionais causa distorções no comércio, custo administrativos, levando a um comportamento “rente-seeking”, tornando difícil prever a distribuição de ganhos entre os países; g) o surgimento de acordos regionais leva a adoção de reações defensivas, na quais um país adere a um acordo não por ser sua melhor opção, mais por causa dos custos reais ou potenciais de não participar; e, h) a

integração regional desvia atenção para rodadas de negociações multilaterais de liberalização e pode levar a redução de abertura comercial unilateral.

Diante da contextualização da integração econômica, com seus diferentes graus de aprofundamento e os possíveis benefícios e efeitos negativos da integração econômica, se passa para a exposição cronológica dos experimentos integracionista que antecederam o surgimento do MERCOSUL.

### **1.3 Os Processos Integracionistas na América Latina**

Ao longo da segunda metade do século XX, a América Latina passou por diferentes estágios e formas de integração regional influenciada pela conjuntura política e econômica vigente no mundo. O início desse processo se dá nos anos de 1950 quando surgem às primeiras discussões em torno da integração regional no continente latino-americano. A instalação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) abre espaço para o debate sobre a criação de um Mercado Comum latino-americano que pudesse se relacionar com o processo de desenvolvimento da região. Em 1960 as primeiras tentativas de integração são estabelecidas. Nas décadas 1970 e 1980, as crises do petróleo e a dívida externa causaram desequilíbrios macroeconômicos marcando um período de estagnação no processo de integração regional. Na década de 1990, surge o chamado “regionalismo aberto”, caracterizando como um rompimento ao pensamento anterior da CEPAL, o processo de integração ganha nova forma, assim nasce um dos grandes blocos econômicos da atualidade o Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL).

#### *1.3.1. Origem década de 1950: o pensamento da CEPAL*

No fim da Segunda Guerra Mundial, as nações latino-americanas estavam parcialmente fechadas, ou seja, não haviam trocas comerciais significativas entre as economias do mundo. Apresentavam instabilidades internas, que as deixavam à mercê de fenômenos inflacionários e a problemas no Balanço de Pagamentos e ainda não tinham possibilidade de recorrer a capital internacional. A estrutura produtiva era baseada na fabricação de alguns bens primários e de subsistência, com grande atraso tecnológico no restante dos bens produzidos em relação ao restante dos países desenvolvidos e importadores (IPEA, 2010).

Os países latino-americanos possuíam um papel subsidiário no comércio internacional, dado que, suas estruturas produtivas estavam destinadas em sua grande maioria a exportação de bens primários, esses bem possuíam baixo valor agregado e seus preços determinados internacionalmente. Para compreender o problema da dependência primário-exportador dos países latino-americanos, o economista argentino Raul Prebisch, demonstrou a evolução dos preços dos produtos primários e dos artigos finais da indústria entre 1860 (ano base) e 1930. O autor verificou que em 1930 os países latino-americanos com a mesma quantidade de produtos primários só podiam comprar 63% dos produtos finais da indústria que eram adquiríveis em 1860, isto é, era preciso em média de 58,6% a mais de produtos primários para conseguir comprar a mesma quantidade de produtos finais da indústria (PREBISCH, 1949).

A relação de preços entre produtos primários e os artigos finais das indústrias moveu-se de forma desfavorável aos países latino-americanos se comparados aos produtores de bens manufaturados. Ao longo do tempo os preços dos produtos primários caíram relativamente mais em relação aos produtos industrializados, esta condição é comumente conhecida como “deterioração de termos de troca”.

Assim, além da preocupação com a deterioração dos termos de troca, os países latino-americanos estavam insatisfeitos com a exclusão do Plano Marshall<sup>3</sup> e pela falta de acesso ao financiamento estrangeiro, que impedia a reposição dos aparelhos produtivo da região. Nesse contexto, em 1948 foi criada, nas Nações Unidas, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), com a missão de estabelecer os parâmetros de alteração das condições econômicas dos países latino-americanos (BELSCHOWSKY, 1998).

O marco das primeiras discussões para a integração latino-americana está presente no documento de 1959, intitulado *Significación del Mercado Común en el Desarrollo Económico de América Latina*, por Raúl Prebisch. Este documento tem o propósito de examinar a possibilidade de constituir um Mercado Comum pela ótica do desenvolvimento econômico latino-americano. Desse modo, Prebisch (1959) expõem que ao Mercado Comum, compete um esforço de estabelecer um intercâmbio entre as economias da região, adequado às necessidades do processo de industrialização por substituição de importações e do propósito de diminuir a vulnerabilidade externas desses países. Possibilitando usufruir das economias de escala e as vantagens de aprendizagem que o Mercado Comum permitir obter.

---

<sup>3</sup> Programa de recuperação europeia lançado em 1947 pelo Secretario de Estado norte-americano George C. Marshall, com o objetivo de reconstruir, com a ajuda financeira dos Estados Unidos, a economia da Europa Ocidental arruinada pela Segunda Guerra Mundial (SANDRONI, 2010, p.653).

Dessa forma, caberia o Mercado Comum latino-americano formar o ambiente adequado para o processo desenvolvimento da região. Corroborando com a perspectiva da CEPAL que diante desse cenário buscava promover a transição de uma economia direcionada “para fora” e um crescimento voltado “para dentro” através da industrialização (CORAZZA, 2006).

Nessa perspectiva serão situados historicamente experimentos de integração em curso na América Latina, como a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), assim como os seus resultados e progressos em termos de integração.

### 1.3.2. *Em busca da integração década de 1960*

No início da década de 1960, por meio do Tratado de Montevideu (1960), surge o primeiro modelo de integração regional latino-americano, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). Este projeto integracionista contava com a ajuda da CEPAL, na qual suas propostas permitiam sair do plano teórico para o plano da prática, e iniciar a tão esperada diversificação da pauta de exportação, por meio do comércio intra-regional (BELSCHOWSKY, 1998). Dessa forma integraria os mercados, impulsionaria a industrialização e fomentaria o desenvolvimento da América Latina.

A ALALC, inicialmente era composta por Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, México, Peru e Paraguai. E, depois contou com o ingresso da Colômbia, Equador, Venezuela e Bolívia. Abrangendo, em 1968, todos os países da América do Sul e o México. O objetivo dessa associação era diminuir as barreiras de comércio entre os países membros, para formar uma Zona de Livre Comércio, em um período não superior a doze anos (Tratado de Montevideu, 1960). Posteriormente o estabelecimento de um Mercado Comum latino-americano.

Os mecanismos utilizados para estabelecer uma Zona de Livre Comércio na região abrangida pela associação eram: as listas nacionais, listas comuns, listas especiais e acordos de complementação econômica. A lista nacional consistia em reduções anuais de tarifas equivalentes a no mínimo 8% da média ponderada incidente sobre terceiros países. A lista comum abrangia os bens no qual impostos deveriam ser eliminados para o comércio intrazonal. As listas especiais foram estabelecidas para contribuir com os países de menor desenvolvimento econômico relativo. Por últimos, os acordos de complementação econômica tinham o propósito de incentivar a industrialização nos países membros do bloco (Tratado de Montevideu, 1960).

Cabe mencionar que em 1960 também foi criado outro projeto de integração regional na América Latina o Mercado Comum Centro-Americano, este era composto por países da América Central que ficaram fora da ALALC, eram eles Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua. Tinha o propósito de formar uma Zona de Livre Comércio, além de buscar a paz na região marcada por conflitos armados (ALEIXO, 1984).

Apesar da empreitada proposta nesse processo de integração, a ALALC obteve resultados modestos. Sobre esse aspecto, expõe Furtado (1976, p.264):

Os países que tradicionalmente possuíam um comércio significativo entre si, viram esse comércio recuperar os níveis anteriores e mesmo superá-los. Outros países, tais como o México e a Colômbia cujo intercâmbio intrazonal fora sempre insignificante, conheceram uma certa expansão em suas exportações. Se considerarmos em conjunto os nove países que formaram a Associação desde sua fase inicial, isto é, se excluem a Venezuela e a Bolívia, o comércio intrazonal alcançou 635 milhões de dólares em 1965, contra 321 em 1959-61 e 508 em 1953-1955. Entretanto, a partir de 1965 a evolução desse comércio passou a ser irregular tanto nos países de intercâmbio tradicional como nos que nele ingressaram estimulados pelo tratado, evidenciando que o mecanismo criado por este não lograra um impacto significativo nas economias regionais.

Diante disto verifica-se que desde o começo da ALALC até a metade da década de 1960, houve um incremento no comércio intrarregional nos países que compuseram a associação. Mas, este acréscimo apresentou de forma inexpressiva os efeitos reais sobre os fluxos de comércio.

Nesta perspectiva salienta Barbosa (1996) as próprias características do Tratado de Montevideu impediam o avanço do bloco, suas cláusulas não muito maleáveis, seus propósitos audaciosos. Além disso, não contar com o apoio do setor privado e o aparecimento de regimes autoritários na região, a título de exemplo a ditadura militar no Brasil em 1964, comprometeria o avanço da ALALC.

Ainda segundo Barbosa (1996) os países que o compunham o tratado entendiam de maneiras distintas. Enquanto países mais avançados na América latina como Argentina, Brasil e México buscavam liberalização comercial, outros menos desenvolvidos como os países andinos consideravam o tratado como um meio para conduzir ao desenvolvimento de suas economias pelo estabelecimento de indústrias e investimentos. Esta diferença de ótica acarretaria no afastamento desses países e a formação de um novo bloco na região.

Diante dos ganhos pouco expressivos e desiguais entre os países membros da ALALC, além da divergência de enfoque entre os países membros, acabou levando os países

menos favorecidos e insatisfeitos com sua situação no acordo a formarem um novo grupo em uma magnitude sub-regional no ano de 1969, conhecido como Grupo Andino<sup>4</sup>. Este acontecimento marcaria o início da desorganização da ALALC.

Segundo Macadar (1992) a falha da ALALC em implantar uma Zona de Livre-Comércio na América Latina, se deve por causa de não levar em consideração as diferentes condições de desenvolvimento dos países envolvidos, nem por buscar promover uma divisão mais semelhante das despesas e ganhos. Além da falta mecanismo que garantisse a inserção das indústrias em uma dimensão regional, como também coordenação das políticas econômicas entre os países membros.

De outra forma, Furtado (1976) expõe que as limitações do processo de integração se devem questões estruturais dos países e aos tipos de acordos firmados.

Em síntese, o problema é muito menos de formação de um espaço econômico unificado, mediante uma mobilidade progressiva de produtos e fatores de produção – o que somente seria praticável se as economias nacionais houvessem alcançado um grau de homogeneidade estrutural muito maior e se houvessem atingindo níveis de desenvolvimento similares [...]. As uniões aduaneiras e zonas de livre comércio são fruto tardio do *laisser-faire*, ao passo que o tipo de integração que pode beneficiar as economias latino-americanas pressupõe um avanço considerável no planejamento a nível nacional [...] (FURTADO, 1976, p.268).

Dessa maneira, o processo de integração regional que se desencadeou na década de 1960 na América Latina foi pouco expressivo, dificuldades encontradas em formar uma região unificada causada por não levar em conta as assimetrias dos países envolvidos no acordo seja de sua estrutura produtiva e nível de desenvolvimento. Assim a próxima década se inicia com obstáculos e o contexto político e econômico nada promissor desencadeado no decorrer dos anos, levando a um período de retrocesso na integração latino-americano, que se estendeu até meados da década de 1980.

### 1.3.3. *Os entraves econômicos nas décadas de 1970 e 1980*

As mudanças políticas e econômicas ocorridas na década de 70 implicaram em grandes entradas de recursos financeiros, endividamento e a posterior crise das economias latino-americanas. O padrão de integração regional imposto pela CEPAL que se desencadeava

---

<sup>4</sup> Organização econômica criada com o objetivo de melhorar a cooperação entre os países da região andina. Os signatários do acordo foram Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, e Chile. Em 1973, a Venezuela entrou no grupo (SANDRONI, 2010, p 386).

desde o final da década de 1950 passa por período de estagnação, diante das instabilidades macroeconômicas que se disseminam na região. A integração toma outros rumos para adequar à nova realidade.

As alterações no sistema financeiro internacional começaram a ocorrer em 1971, com a suspensão da conversibilidade padrão dólar-ouro, levando o fim do acordo Bretton Woods, atrelado a isto o primeiro choque Petróleo em 1973, que levou a um superávit dos países exportadores de petróleo gerando grande oferta de petrodólares no mercado. Outra consequência foram os efeitos adversos sobre as economias dos países não exportadores do produto industrializados ou em desenvolvimento, na qual a elevação do preço do petróleo provocou aumento no custo de produção das economias desenvolvidas levando a uma redução das exportações oriundas das economias latino-americanas primário-exportadoras. Este cenário de grande liquidez financeira e instabilidade levaram alguns países latino americanos a desfrutarem dos petrodólares e se endividarem. (FRENKEL, 2003).

É oportuno esclarecer que a integração financeira que se estabelecia na América latina, por meio do endividamento externo dos países da região, ocorreu com a escolha de táticas diferentes, enquanto Brasil e México deram prosseguimento ao processo de substituição de importações e diversificação das exportações de manufaturados. A Argentina, Chile e Uruguai optaram pela abertura de suas economias tanto em termos financeiros com na movimentação de bens e serviços, levando a um grande volume de importação (BELSCHOWSKY, 1998).

No final da década de 1970 ocorreu o segundo choque do petróleo, assim depois de duas crises do petróleo, e o crescente endividamento das economias da América Latina com rolamento e ampliação de suas dívidas e a elevação dos juros dos Estados Unidos levou a crise da dívida externa. De acordo com Frenkel (2003, p.42) “A participação da América Latina na globalização financeira teve um rompimento com a crise da dívida na década de 1980”. O propósito de desenvolver a região por meio a integração ficaria comprometido diante limitação financeira e a crise da dívida externa.

Mesmo com a presença desse cenário econômico adverso na América Latina, a integração regional ainda tentava adequar à nova realidade, como aponta Comba; Villela (1984) a ALALC foi estabelecida de acordo com os parâmetros do GATT, no caso da cláusula da nação mais favorecida e liberalização de comércio, isto não se enquadrada nas perspectivas dos países Latino-americanos, que almejam outras formas de integração e não mais simplesmente as trocas libertadoras. Neste contexto, de tentar constituir um ambiente comercial mais favorável aos países em via de desenvolvimento, é criada uma exceção à

cláusula da não mais favorecida, a Cláusula de Habilitação que permitia um tratamento diferenciado aos países em desenvolvimento. Esta cláusula estaria ligada dentro do novo Tratado de Montevideu (1980) que substituiria a ALALC pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Basicamente às principais diferenças entre os dois tratados são:

Na prática, a flexibilidade do Acordo da ALADI está consubstanciada nos novos mecanismos para promover a liberalização comercial. Eliminaram-se os esquemas de Listas Nacionais e Comum, sujeitas a aplicação da cláusula da nação mais favorecida, e adotaram-se acordos de alcance parcial (dos quais apenas alguns membros participam, muito embora sejam abertos a todos os demais) e os de alcance regional (que envolvem todos os países-membros). Previu-se, ainda uma margem de preferência tarifária regional em relação a terceiros países. Assim, além da inexistência de prazos para a conclusão do processo, o novo Tratado de Montevideu permite que os membros da ALADI participem do projeto de integração no ritmo que repute conveniente e não obriga todos os membros a serem signatários dos acordos que vierem a ser negociados (PRAZERES, 2006 p.27).

Assim, a ALADI buscava tomar mais tangível estabelecer um Mercado Comum na América Latina com objetivos menos ambiciosos, previa-se agora formar uma região de preferência tarifária do que uma Zona de Livre Comércio como estabelecido anteriormente. Todavia, a ALADI surge em um período nada promissor depois de duas crises do petróleo (1973 e 1979) e a posterior crise da dívida externa. Nesse sentido, “[...] a Preferência Tarifária Regional da ALADI, instituída em 1984, tem níveis meramente simbólicos, produzindo reduzido efeito no intercâmbio recíproco” (ALMEIDA, 1993, p.94).

Cabe ressaltar que as empresas multinacionais foram as que mais usufruíram dos projetos de integração em curso na América Latina. Os acordos firmados de liberação de comércio dentro do bloco e outros mecanismos como redução de tarifas permitiram que estas empresas pudessem decidir em relação ao ambiente em que iriam se instalar e até garantir uma parcela do mercado para seus produtos, protegidos da concorrência de fora (ALMEIDA *et al*, 2013).

Observa-se, que o plano de integração regional criado pela CEPAL, desenvolvido entre as décadas de 1960 e 1980 na América Latina, sofreu vários entraves e resultados modestos. Dessa forma, Macadar (1992) salienta que uma forma de não cometer mais os erros do passado no processo de integração regional, as medidas adotadas deveriam deixar de lado o propósito meramente comercial e visar o desenvolvimento integrado através e projetos de integração regional. Nesse sentido, ao invés dos países latino-americanos realizarem investimentos de maneira desvinculada poderiam direcionar suas políticas de

desenvolvimento em áreas estratégicas como infraestrutura, transporte e energia com o intuito de fazer um só empreendimento que gerasse benefícios para todas as nações envolvidas.

Macadar (1992) chama atenção para projetos de integração como o Programa de Integração e Cooperação Econômico (PICE) estabelecido entre Brasil e Argentina em 1986. Este programa ia além do simples estabelecimento de comércio, mas sim uma complementação de suas estruturas através de ação conjunta dos países e a adoção de mecanismos automáticos assegurarem o equilíbrio comercial entre as partes (BAUMANN *et al.*, 2004).

Diante desse contexto Esteves (2008) aponta mudança no paradigma integracionista, no qual a medidas de integração regional estabelecida pela CEPAL na década de 1950, baseado de um Mercado Comum latino-americano em uma via desenvolvimentista, não progrediu da forma desejada ao longo dos anos. Assim, diante das novas orientações políticas e econômicas propostas no final da década de 1980, através do Consenso de Washington<sup>5</sup> o projeto integracionista na América latina toma um caráter neoliberal buscando formar uma Zona de livre Comércio hemisférica.

Ao final da década de 1980 a conjuntura política e econômica não estava favorável às ideias desenvolvimentistas da CEPAL, isso fez com que o discurso liberal ganhe espaço. Dessa forma, o regionalismo seria influenciado pela vertente liberal e tomaria outro formato integracionista, que viria a ser denominado regionalismo aberto.

#### 1.3.4. *Ressurgimento da integração na década de 1990: O “Regionalismo Aberto” e o MERCOSUL*

A situação macroeconômica nada promissora que se instaurou nas economias latino-americanas durante as décadas de 1970 e 1980, levou certo marasmo ao processo de integração que havia se implantado, fica evidente que o modelo de desenvolvimento para dentro fundamentado pela substituição de importações estava com os dias contados. Dessa maneira, a década de 1990 inicia dentro de um novo cenário onde a busca de uma nova forma

---

<sup>5</sup>Conjunto de trabalhos e resultados de reuniões de economistas do FMI, do Bird e do Tesouro dos Estados Unidos realizadas em Washington D.C no início do anos 90. Dessas reuniões surgiram recomendações dos países desenvolvidos para que os demais, especialmente aqueles em desenvolvimento, adotassem políticas de abertura de seus mercados e o “Estado Mínimo”, isto é, um Estado com um mínimo de atribuições (privatizando as atividades produtivas) e, portanto, com m mínimo de despesas como forma de solucionar os problemas relacionados com a crise fiscal: inflação intensa, déficits em conta corrente no balanço de pagamentos, crescimento econômico insuficiente e distorções na distribuição da renda funcional e regional (SANDRONI, 2010, p.179).

de integração capaz de se adequar à nova realidade de abertura e globalização torna-se necessário.

A maioria dos países da América Latina vivenciaram no início dos anos 1990 mudanças em sua conjuntura econômica, como a maior interdependência entre as economias dos países; o avanço tecnológico e das comunicações; a liberalização comercial; as privatizações e a retomada de fluxos de capitais. Este novo cenário da economia mundial, em conjunto com as reformas estruturais para manter equilíbrio macroeconômico e a busca por inserção no comércio internacional, levou a CEPAL a repensar o processo de integração regional latino-americano, redigindo um documento denominado *El Regionalismo Abierto em América Latina y el Caribe: la integración económica al servicio de la productiva com equidade*. Basicamente o “Regionalismo Aberto” consistia em:

Neste documento denomina-se regionalismo aberto o processo que surge ao serem conciliados os dois fatores [...]: a interdependência nascida de acordos especiais de caráter preferencial e a que é basicamente impulsionada pelos sinais de mercado, resultantes da liberalização comercial em geral. O que se busca com o regionalismo aberto é que as políticas explícitas de integração sejam compatíveis com as políticas tendentes a elevar a competitividade internacional, além de complementares a elas (CEPAL, 1994, p.945).

Assim, observa-se que o tipo de integração que se pretende implantar visa acompanhar a nova dinâmica econômica mundial, de maneira que, os países tenham um papel mais expressivo no comércio internacional, sendo compatível com a abertura multilateral dos mercados e com os novos esquemas de comércio que desde 1995 é administrado pela Organização Mundial do Comércio (ALMEIDA *et al*, 2013).

Segundo Braga (2001), o que se almejava de fato com o regionalismo aberto é uma integração multilateral, mas diante da impraticabilidade de realizar tal processo, os acordos de integração seriam um *second best* (segunda melhor opção) como a concepção na ortodoxa do comércio internacional. Poderiam aferir assim resultados como aumento da produtividade, das expectativas dos agentes, contribuir para os investimentos e progresso técnico dos países membro do acordo. Como também diminuir as rendas improdutivas, custo de transportes por meio da constituição de uma infraestrutura e compatibilização do padrão e regulamentos.

Outra característica marcante desse “regionalismo aberto” é a redefinição do papel do Estado, o que se buscava era “(...) aumentar seu impacto positivo sobre a eficiência e eficácia do sistema econômico em seu conjunto” (CEPAL, 1990, p.898). Um Estado direcionado para a dinâmica comercial externa, diferentemente do Estado que incentivava o

processo de industrialização por substituição de importação no passado. Cabe ao Estado nessa nova concepção ser capaz de promover as estruturas adequadas para que o setor privado nacional do bloco e a empresas transnacionais possam desenvolver na região o processo de integração, como se vê:

Um processo de integração que procure favorecer a incorporação do progresso técnico requer além da liberalização ampla dos mercados, acordos setoriais flexíveis a serviço das empresas que desejem aproveitar os benefícios potenciais da integração. Caberia aos governos desempenhar o papel de catalizador, para que se gerem estruturas flexíveis de coordenação empresarial, que facilitem a intermediação da transferência tecnológica, a criação de redes de informação e a abertura de canais ou foros de intercâmbio, reflexão, construção de consenso e mobilização de recursos de apoio. Essas instâncias também poderiam servir para gerar projetos empresariais conjuntos ou proporcionar outros tipos de acordos entre empresas estabelecidas nos diversos países da região (CEPAL, 1994, p.950-951).

Do ponto de vista teórico, percebe claramente, que a visão do “novo regionalismo” na busca de uma integração multilateral, maior abertura comercial, e redefinição do papel do Estado rompe com o antigo modelo de integração. De acordo com Corazza (2006, p.150), “Ao contrário do que propunha o pensamento histórico estrutural da CEPAL de promover o crescimento para dentro, o regionalismo aberto parece ter invertido a pauta, ao propor voltar-se para fora e adequar-se integralmente as exigências de fora”.

A visão do regionalismo aberto levou a formação, na década de 1990, de diversos acordos sub-regionais na América Latina como o Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL) em 1991, a proposta pelos Estados Unidos de criação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA, sigla em inglês), em 1994, no mesmo ano o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA, sigla em inglês), composto por Estados Unidos, México, Canadá.

Segundo Almeida (2011a) o processo que levou a formação do MERCOSUL desencadeou-se com o crescimento das relações integracionistas estabelecidas entre as duas principais economias do Cone Sul (Brasil e Argentina). Iniciando na fase bilateral com o Programa de Integração e Cooperação em 1986 e logo após o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento em 1988, passando para a etapa quadrilateral se estendendo para outros dois outros parceiros do Cone Sul (Paraguai e Uruguai) formalizado no Tratado de Assunção.

O MERCOSUL foi criado em 1991, por meio do Tratado de Assunção, composto inicialmente por Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai; o bloco tem como intuito ampliar as dimensões dos mercados nacionais dos países, através da integração econômica regional, constituindo condição fundamental para acelerar o processo de desenvolvimento econômico, justiça social e inserção internacional de seus países, que ao longo dos anos vem buscando promover essas medidas.

Para Baumann *et al* (2004) a evolução do MERCOSUL é dividida em duas fases: a primeira o período de transição, de 1991 a 1994, quando se estabeleceu as características básicas da Tarifa Externa Comum (TEC) e a etapa de 1995 em diante, com a entrada em vigor da Tarifa Externa Comum, na qual o MERCOSUL é considerado uma União Aduaneira incompleta.

De acordo com Guimarães (2000), um dos propósitos apresentados no Tratado de Assunção refere-se ao aproveitamento da competitividade dos países-membros do MERCOSUL na economia mundial. Do ponto de vista normativo, o MERCOSUL está enquadrado em um modelo de regionalismo aberto, em que a integração econômica é um meio para que os países-membros tenham participação mais expressiva do mercado mundial em seus setores de maior dinamismo. A atual estrutura de competição internacional é fundamentada em características extra preços, a visão da integração regional aberta reconhece que a base tecnológica nas empresas e setores como a mais importante variável que explica a competitividade setorial.

Para Almeida (1993) sob a ótica institucional e política, a proposta integracionista do MERCOSUL equipara-se ao modelo Europeu da CCE, ou seja, tendencialmente comunitário, do que o da América do Norte unicamente livre-cambista. Todavia, o processo de formação em que se encontra o MERCOSUL não é o mesmo que formou a Comunidade Econômica Europeia (CCE). Este ambiente internacional é caracterizado pelo processo da globalização e de novas regras multilateral de comércio é nesse contexto que o mercado comum deve se desenvolver.

Dessa maneira, os progressos integracionistas que se estabeleceram nos anos 1990 na América Latina, foram caracterizados por a formação de vários acordos sub-regionais, como forma de adequação dos países a nova realidade mundial. Além disso, o surgimento de um dos principais blocos econômico atualidade o MERCOSUL.

### 1.3.5. *Evolução e perspectivas do MERCOSUL*

Desde a sua constituição, o MERCOSUL tem vivenciado aumento no fluxo de comércio dos seus países membros, ampliação de seu mercado diante da entrada de novos países e participação de outros como Estados Associados<sup>6</sup>, abrangendo seu alcance a toda América do Sul. Todavia, o bloco também tem passado por crises muitas vezes provocadas pelos países signatários do bloco, como outras provenientes do contexto externo.

Segundo Almeida (2011b), no âmbito exclusivamente comercial, o MERCOSUL obteve, nos nove primeiros anos um crescimento considerável no volume de comércio intra-bloco, mesmo com algum desvio das relações comerciais externas. Esse desempenho foi graças às reformas tarifárias com a implantação TEC, que beneficiou as duas grandes economias do bloco (Argentina e Brasil), sobretudo com a diminuição das alíquotas aplicadas nos produtos manufaturados.

O crescimento do comércio entre os quatro países membros é comumente apontado indicador de sucesso. No intervalo de 1990 a 1998 as exportações entre as nações mais do que quintuplicaram, passando de US\$4 bilhões para US\$21 bilhões, aumentando às transações intra-regionais no conjunto das transações externas desses países de 8,9% para 26% no mesmo período (BAUMANN *et al*, 2004).

Após esse período de expressivo crescimento no comércio do MERCOSUL, a mudança no regime cambial brasileiro e a desvalorização do Real, em janeiro de 1999, levou a implicações negativas aos demais membros do bloco. A consequência se deu principalmente no intercâmbio bilateral Brasil e Argentina como aponta Carvalho *et al* (2009), a Argentina tinha a vigência desde o início dos anos 1990 do sistema cambial “currency board<sup>7</sup>” que vincula o peso argentino ao dólar e apresentava significativa apreciação cambial, a mudança no câmbio brasileiro levou a perda de competitividade dos produtos argentinos, dado que o Brasil é um parceiro comercial muito relevante para a Argentina. Sobre esta mudança, expõe Baumann (2001, p. 20):

---

<sup>6</sup> Estados Associados: Chile (desde 1996), Peru (desde 2003), Colômbia, Equador (desde 2004), Guiana e Suriname (ambos desde 2013). Cabe salientar que para participar do MERCOSUL como Estados Associados os países devem ser membros da Associação Latino - Americana de Integração (ALADI). Os Estados Associados podem participar na qualidade de convidados, das reuniões dos órgãos da estrutura institucional do MERCOSUL para tratar temas de interesse comum, com direito à voz (MERCOSUL, 2015).

<sup>7</sup> A principal característica dos Currency Board é a garantia de trocar moeda nacional numa taxa determinada e fixa por reservas de moeda estrangeira. O currency Board pode atuar também como um órgão emissor de moeda estrangeira mantida em reserva. Nessa medida, as emissões no Currency Board não são fiduciárias, ou melhor, sua aceitação decorre do fato de a moeda ser conversível a qualquer momento e em qualquer quantidade por moeda forte (que se encontra em reserva) (SANDRONI, 2010, p.210).

O crescimento da economia brasileira, associado a uma valorização expressiva do Real, trouxe efeitos positivos para aos sócios do Brasil no MERCOSUL, com geração de superávits comerciais no intercâmbio bilateral, em alguns casos em magnitude sem precedente. Na primeira metade de 1999, no entanto, a desvalorização da moeda brasileira – associada ao peso específico do mercado brasileiro como destino para as exportações dos outros três participantes - teve forte impacto negativo sobre esse desempenho.

Desse modo, desde que o Brasil mudou seu sistema cambial passando a ser flutuante e com a desvalorização o Real acabou na primeira grande crise entre os parceiros do MERCOSUL. A partir desse acontecimento surgiram outros entraves como a imposição de barreiras a produtos brasileiros para a Argentina, como produtos da linha branca (geladeiras, micro-ondas, fogões), têxteis e alimentos industrializados essas restrições foram justificadas varias vezes, pelo fato, da alta competitividade apresenta pelos produtos feitos no Brasil quando comparados aos confeccionados na Argentina (BETANI, 2011).

Segundo Malamud (2013), entre 2002 e 2006 diante de um ambiente externo favorável com oferta de crédito barato e crescente elevação preço das commodities exportadas, possibilitou a retomada do crescimento dos países membros do MERCOSUL. No entanto, o comércio extra-bloco cresceu e acabou tornando 5,5 vezes superior ao comércio intra-bloco em 2005. A crise financeira de 2008 implicou na redução do comércio, sem modificar expressivamente a razão comércio global/regional.

Em 2006 foi instituído o protocolo de adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL, que permitia a Venezuela a participar do bloco. A ampliação do bloco com a adesão de novos membros deve contar a aceitação de todos os países-membros. Todavia, dentre os países do MERCOSUL o Paraguai era o único que se recusava a aceitar o ingresso da Venezuela. No ano de 2012, ocorreu a suspensão temporária do Paraguai<sup>8</sup> do bloco, este acontecimento possibilitou que os demais países membros aprovassem a entrada da

---

<sup>8</sup> Após a crise derivada de enfrentamento entre invasores de terras e forças policiais no campo paraguaio, com várias mortes, o Parlamento deste país iniciou um processo e aprovou, em tempo recorde, o impedimento do presidente Fernando Lugo, dando partida a uma crise política que repercutiu no MERCOSUL e na Unasul. Entre as peças acusatórias estava o Protocolo de Ushuaia II assinado pelo presidente impedido durante a cúpula de Montevideú (dezembro de 2011). Sob estímulos do presidente Chávez, da Venezuela, a Argentina retira seu embaixador de Assunção e toma a iniciativa de afastar o novo governo paraguaio da reunião de cúpula do MERCOSUL, realizada em junho, em Mendonza . Invocou-se a cláusula democrática do MERCOSUL para que um decisão, com três membro unicamente, fosse tomada no sentido de ser mantido o afastamento do Paraguai dos trabalhos e das reuniões do MERCOSUL (mas sem a aplicação de sanções) até a realização de novas eleições, em 2013, e aposse de um novo presidente (ALMEIDA *et al*, 2013, pp. 141-142).

Venezuela ao MERCOSUL, assim o bloco passou pela primeira ampliação desde sua criação (SLOBOA, 2014).

Cabe ressaltar que desde 7 dezembro de 2012, houve a Assinatura do Protocolo de Adesão do Estado Plurinacional da Bolívia ao MERCOSUL. Assim, o bloco ao longo dos anos tem ampliado seu mercado e aumentado seu comércio com os países membros, a relação comercial tem se demonstrado um dos propulsores no processo integracionista no MERCOSUL. Todavia, as restrições encontradas como as barreiras aplicadas a alguns produtos comercializados entre os membros do bloco impede o avanço do bloco.

Dessa forma, se precisa articular políticas conjuntas, buscando diminuir as diferenças existentes entre membros do bloco superando as limitações, e que assim possa alcançar a condição de União Aduaneira completa, e ir além dando continuidade ao processo de integração atingindo o propósito inicial, da formação de um Mercado Comum na América do Sul.

## 2. RELAÇÕES COMERCIAIS DO BRASIL COM OS ESTADOS UNIDOS, MERCOSUL E CHINA E O GRAU DE ABERTURA COMERCIAL

O objetivo geral deste capítulo é apresentar a forma como é estabelecido o comércio do Brasil com os Estados Unidos, MERCOSUL e China. Primeiramente caracterizando a TEC, as variáveis econômicas exportações e importações e Grau de Abertura Comercial. Em seguida, será feito uma análise desses indicadores durante o período de 1990 a 2014.

### 2.1 Tarifa Externa Comum (TEC)

As relações comerciais entre os países membros do MERCOSUL são realizadas diante a vigência de uma Tarifa Externa Comum (TEC). A TEC consiste em uma pauta aduaneira comum aos membros de uma união formando um código aduaneiro, que normalmente é estabelecido por meio de uma nomenclatura harmonizada<sup>9</sup>, contando também com uma instituição responsável por cobrar tarifa sobre a entrada de produtos (ALMEIDA *et al*, 2013). A partir da vigência do Tratado de Assunção em 1991 foi instituído as nações membros do MERCOSUL um programa de redução de tarifas crescentes até alcançar em 1994 uma redução 100% dos impostos cobrados, como demonstrado no Quadro 1.

Quadro1 - Preferência Tarifária no Comércio Intrabloco

1991		1992		1993		1994	
30-Jun	31-Dez	30-Jun	31-Dez	30- Jun	31-Dez	30- Jun	31-Dez
47%	54%	61%	68%	75%	82%	89%	100%

Fonte: Adaptado do Tratado de Assunção, Anexo I (1991).

Nesse sentido a implantação de uma Tarifa Externa Comum implica em que todos os países-membros do MERCOSUL farão uso da mesma taxa em relação à importação de bens de países fora do acordo. Cabe salientar que existem listas de exceções, permitindo que alguns produtos ficassem fora da vigência da TEC. O propósito desta lista era impedir que os diversos interesses dos países membros pressionassem os governos domésticos a aplicação de medidas de proteção (KUME, 2005).

<sup>9</sup> O Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai adotam, desde janeiro de 1995, a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM), que tem por base o Sistema Harmonizado. Assim, dos oito dígitos que compõem a NCM, os seis primeiros são formados pelo Sistema Harmonizado, enquanto o sétimo e oitavo dígitos correspondem a desdobramentos específicos atribuídos no âmbito do MERCOSUL (SECEX, 2016).

A adoção da TEC tinha a finalidade de melhorar a competitividade entre os países membros como também evitar a formação de oligopólios e reservas de mercados na região. Como outras funções expõe a Secretaria de Comércio Exterior (2016).

Também foi acordado que a TEC deveria atender aos seguintes critérios: a) ter pequeno número de alíquotas; b) baixa dispersão; c) maior homogeneidade possível das taxas de promoção efetiva (exportações) e de proteção efetiva (importação); d) que o nível de agregação para o qual seriam definidas as alíquotas era de seis dígitos.

Segundo Patrício (2013) depois de cumprida a fase de transição, 1991 a 1994 da implantação da TEC cuja plena vigência estaria prevista seria em 2006, que não ocorreu. Nos anos que se passaram os países membros do MERCOSUL têm adotado medidas que afetam a TEC, justificadas por argumentos macroeconômicos, ocasionando retrocessos nas decisões tomadas.

## **2.2 As exportações e importações**

Segundo a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX, 2016) as exportações consistem basicamente na saída de mercadoria do território aduaneiro, resultante de um contrato de compra e venda internacional, que pode ou não resultar na entrada de divisas. Em relação ao conceito de importação é representado como a entrada temporária ou definitiva em território nacional de bens originários ou provenientes de outros países.

Existem duas formas de contabilizar as exportações e importações. A primeira diz respeito ao conceito FOB (do inglês *free on board*), que corresponde o valor de embarque da mercadoria. A segunda diz respeito ao conceito CIF (*cost, insurance and freight*), que além de levar em conta o custo propriamente dito das mercadorias, os fretes, seguros, comissões relacionados ao seu transporte. A forma comumente usada para registrar as exportações e importações de um país é pela definição FOB (BRAGA *et al*, 2007).

De acordo com Blanchard (2004), em relação aos determinantes das importações, há dois fatores que influenciam diretamente a quantidade importada de mercadorias de um país: a renda doméstica e a taxa real de câmbio<sup>10</sup>. A função de importação pode ser caracterizada da seguinte forma:

---

<sup>10</sup> Taxa de câmbio real é a taxa de câmbio nominal descontada a inflação incidente sobre a moeda forte (geralmente o dólar) com a qual se faz a comparação (SANDRONI, 2010, pp.815-816).

$$IM = IM(Y, e)$$

(+, -)

Onde:

IM = importações

Y = PIB

$e$  = taxa real de câmbio

(+, -) = representam as relações correspondentes entre as variáveis econômicas.

Desta maneira, uma renda doméstica maior aumenta as importações, pois quanto maior o nível de demanda por todos os bens, maior será a procura tanto por bens domésticos quanto e estrangeiros. O efeito de uma taxa de câmbio menor torna os bens estrangeiros relativamente mais baratos, acarretando um aumento nas importações.

No que tange as exportações, Blanchard (2004) expõe que estas dependem da renda estrangeira e da taxa real de câmbio a função exportação é exposta como:

$$X = X(Y^*, e)$$

(+, +)

Onde:

X = exportações

$Y^*$  = produto externo (produto do resto do mundo)

$e$  = taxa real de câmbio

(+, +) = representam as relações correspondentes entre as variáveis econômicas.

Desse modo, um aumento da renda estrangeira leva crescimento na demanda externa por todos os bens, até os bens domésticos, aumentando as exportações. A influência de uma taxa real de câmbio mais elevada acontece, pelo fato, dos preços relativos dos bens estrangeiros em termos dos bens internos aumentarem. Isso significa que os bens importados tornaram-se mais caros, já os bens internos ficaram relativamente mais baratos. Acarretando no aumento das exportações.

Cabe caracterizar dois conceitos importantes resultante da relação entre as exportações e as importações. O primeiro, a corrente de comércio que é o resultado da soma das exportações com as importações e representa o total de comércio transacionado por um

país no exterior. O segundo o saldo comercial que é resultado das exportações menos as importações. Se o saldo é positivo tem um superávit; se negativo, chama-se de déficit.

### 2.3 O Grau de Abertura Comercial

Um indicador comumente usado para analisar o comportamento das exportações e importações de um país em relação a outro ao longo do tempo é o Grau de Abertura Comercial (CARVALHO; SILVA, 2004, apud SCHMITZ, 2010). Pode ser calculado da seguinte forma:

$$\text{Grau de Abertura Comercial} = \frac{(X+M)/2}{Y} \times 100$$

Onde:

X = Exportações a preços FOB

M = Importações a preços FOB

Y = Produto Interno Bruto a preços correntes

Dessa forma, o Grau de Abertura Comercial é definido como a relação entre a corrente de comércio (exportações mais importações) e o PIB. Quanto maior é o valor do Grau de Abertura Comercial de um país, mais este país comercializa com o exterior, quer dizer, maior é a proporção de produtos exportados e importados em relação ao seu PIB.

### 2.4 Indicadores do Brasil com os Estados Unidos

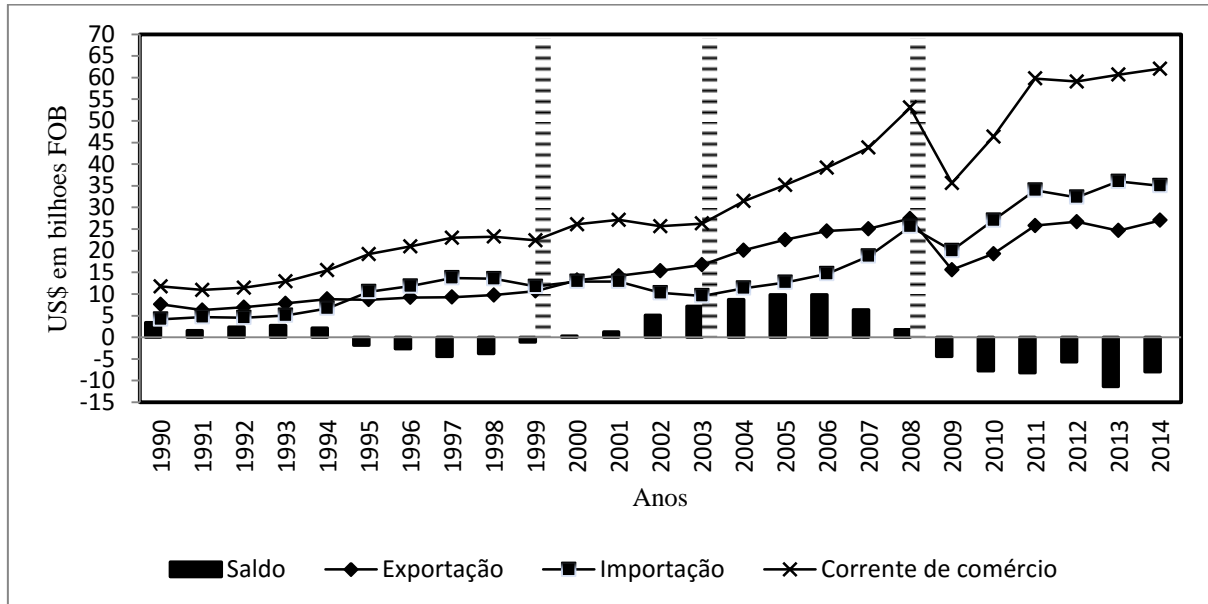
Nas próximas subseções será apresentada a evolução das exportações e importações, e o Grau de Abertura Comercial do Brasil com os Estados Unidos no período de 1990 a 2014.

#### 2.4.1. *Exportações e Importações*

O Gráfico 01 apresenta a evolução do fluxo de comércio do Brasil para os Estados Unidos, onde o eixo horizontal representa os anos de 1990 a 2014, e o eixo vertical os valores em bilhões de dólares a preços FOB das exportações, importações, saldo comercial e corrente

de comércio. É possível distinguir a partir da corrente de comércio, indicador que permite analisar as exportações e importações em conjunto, 4 fases distintas.

Gráfico 01 - Intercâmbio comercial do Brasil com os Estados Unidos no período 1990 a 2014 (Em bilhões de dólares a preços FOB)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da SECEX (2016).

A primeira fase corresponde ao período de 1990 a 1998, quando a corrente de comércio apresentou crescimento na maior parte do intervalo. Após apresentar uma redução no ano de 1990 para 1991, a corrente de comércio demonstrou aumento passando de US\$10,95 bilhões, em 1991, para US\$23,36 bilhões, em 1998.

Entre 1991 e 1994, o que destacou o desempenho da corrente de comércio foi às importações que passaram de US\$4,69 bilhões para US\$6,67 bilhões em 1994, o comportamento das importações do Brasil oriundas dos Estados Unidos pode se explicado pelas mudanças na estrutura econômica com as privatizações, desregulamentação dos mercados e abertura comercial (RIBEIRO, 2009). No período de 1995 a 1998 as importações também sustentaram o crescimento da corrente de comércio. Este aumento nas importações brasileiras é reflexo da implantação do Plano Real, que provocou uma forte apreciação cambial<sup>11</sup> nos primeiros meses da vigência da nova moeda o Real, e que cobraria seu preço nos anos seguintes. (GIAMBIAGI *et al*, 2005).

A segunda fase de 1999 a 2002 a corrente de comércio apresentou queda em 1999 crescimentos, em 2000 e 2001, retração em 2002. Esse período marcado pela mudança na taxa

<sup>11</sup> Uma Apreciação cambial significa que os estrangeiros pagam mais pelos produtos do país e os consumidores domésticos pagam menos pelos produtos estrangeiros (KRUGMAN, OBSTFELD, 2010, p.242).

de câmbio brasileira, que passa a ser flutuante e se desvalorizar a partir de meados de janeiro de 1999 (GIAMBIAGI et al, 2005). A desvalorização do Real não provocou uma resposta imediata no intercâmbio comercial<sup>12</sup> brasileiro com os Estado Unidos no primeiro ano dado que, as exportações não cresceram muito em 1999, comparando em relação ao ano anterior. Todavia, nos anos seguintes verifica-se um aumento das exportações e uma redução das importações possibilitando a corrente de comércio totalizar US\$25,67 bilhões em 2002.

Durante os anos de 2003 a 2008, observa-se um crescimento da corrente de comércio ao longo dos anos, passando de US\$26,30 bilhões para US\$53,05 bilhões. Tanto as exportações como as importações, apresentaram um aumento no período. As exportações cresceram de US\$16,73 bilhões, em 2002, para US\$27 bilhões em 2008, este desempenho das exportações foi inicialmente favorecido pela desvalorização do Real que persistiu até meados de 2003, e nos anos seguintes mesmo com apreciação cambial foi graças ao aumento considerável da economia mundial. Em relação às importações depois de apresentar queda em 2003 em resposta à depreciação cambial, voltaram a crescer passando de US\$11,36 bilhões, em 2004, para um total de US\$25,63 bilhões, em 2008, esse resultado é motivado ao mesmo tempo pela recuperação do consumo e do investimento e pela redução da taxa de câmbio (BARBOSA; SOUZA, 2010).

Na quarta e última fase, que compreende 2009 a 2014, a corrente de comércio apresenta queda em 2009, reflexo da crise do sub-prime nos Estados Unidos, como salienta Blanchard (2011), a crise acabou provocando queda no produto e na renda dos estadunidenses afetando as exportações, para os Estados Unidos em especial a de investimos e consumo de bem duráveis. Todavia, entre 2010 e 2014, a corrente de comércio volta a crescer passando de US\$46,35 bilhões para US\$62,05 bilhões, em 2014. Nesse período as exportações apresentaram uma tendência de crescimento, todavia não conseguiu se quer alcança o valor exportado, em 2008 que foi de US\$27,42 bilhões, apresentando em 2010 US\$19,31 bilhões expondo em 2014 um total de US\$27,03 bilhões. Este pequeno crescimento das exportações verificado ao longo dos anos, é justificado pelo fato, que a pauta de exportações do Brasil para Estados Unidos é composta em sua grande maioria por produtos manufaturados diante dos problemas enfrentados pela indústria de transformação com aponta a Federação das

---

<sup>12</sup> Segundo Blanchard (2011, p.368), nos primeiros meses após a depreciação, o efeito da depreciação provavelmente se reflete muito mais nos preços do que na quantidade. A quantidade de exportações e importações tendem a se ajustar lentamente. Pelo fato, dos consumidores levarem algum tempo para captar que os preços relativos mudaram e as empresas também levam algum tempo para mudar para fornecedores mais baratos, e assim por diante. Uma depreciação, portanto pode acarretar uma deterioração inicial na balança comercial. À medida que o tempo passa os efeitos da mudança nos preços relativos tanto das exportações como das importações tornam-se mais fortes.

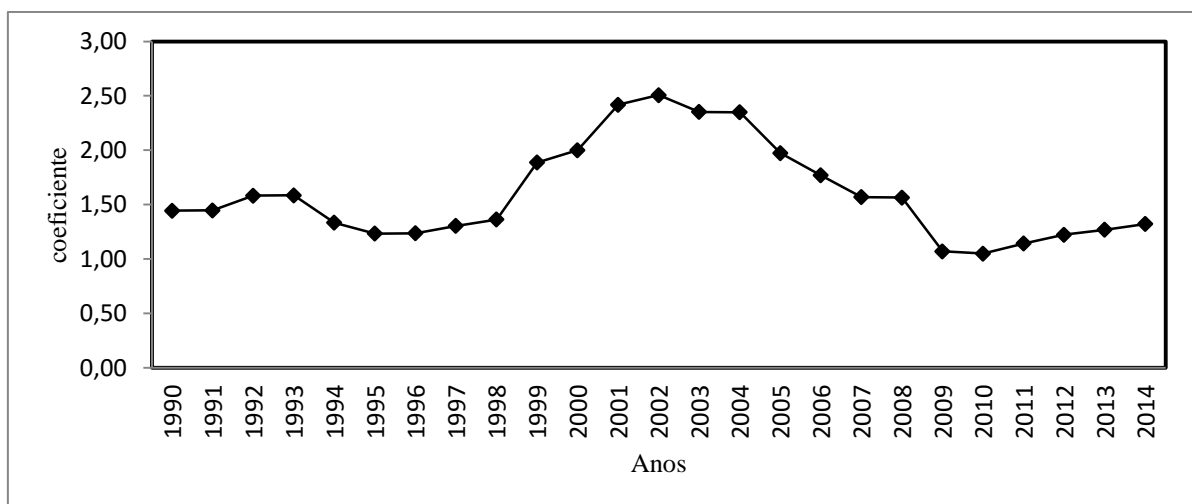
Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP, 2015, p.3), “a indústria de transformação com elevado Custo Brasil e a taxa de câmbio sobrevalorizada, que foram agravados a partir de 2008, período no qual o resultado comercial do setor se tornou deficitário e foi se ampliando com o passar do tempo”.

Do lado das importações estas também aumentaram, mas em patamares muito maiores que as exportações, com valor total de importações, em 2014, de US\$35,02 bilhões. De maneira geral esse desempenho é reflexo da apreciação cambial e também da perda de competitividade da indústria que indica uma substituição no consumo de produtos nacionais por produtos importados. O intervalo foi caracterizado por consecutivos e expressivos déficits no intercâmbio comercial do Brasil com os Estados Unidos.

#### 2.4.2. Grau de Abertura Comercial

O Gráfico 02 apresenta o Grau de Abertura Comercial do Brasil para os Estados Unidos, ou seja, a soma das exportações e das importações anuais do Brasil para Estados Unidos sobre o PIB brasileiro. Tal coeficiente apresentou momentos crescimento e retração durante o período analisado. É possível identificar duas tendências ao longo do gráfico.

Gráfico 02 - Grau de Abertura Comercial do Brasil com os Estados Unidos 1990 a 2014



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Secex e United Nations (2016).

Ao observar o Grau de Abertura Comercial se percebe uma tendência crescimento entre 1990 e 2002, passado de um coeficiente de 1,44, em 1990, para 2,53 em 2002. Entretanto, a partir de 2003, a situação modifica o Grau de Abertura Comercial reduz consideravelmente nos anos subsequentes, isto é, a proporção de produtos exportados e

importados pelo Brasil para os Estados Unidos em relação PIB brasileiros diminuiu apresentado seu menor coeficiente em 2009 com um valor de 1,07. Este desempenho do Grau de Abertura Comercial pode ser justificado por causa de dois fatores. Primeiro, a ampliação das relações comerciais do Brasil com outros países, em destaque a China. Em segundo lugar, a crise do sub-prime nos Estados Unidos em 2008.

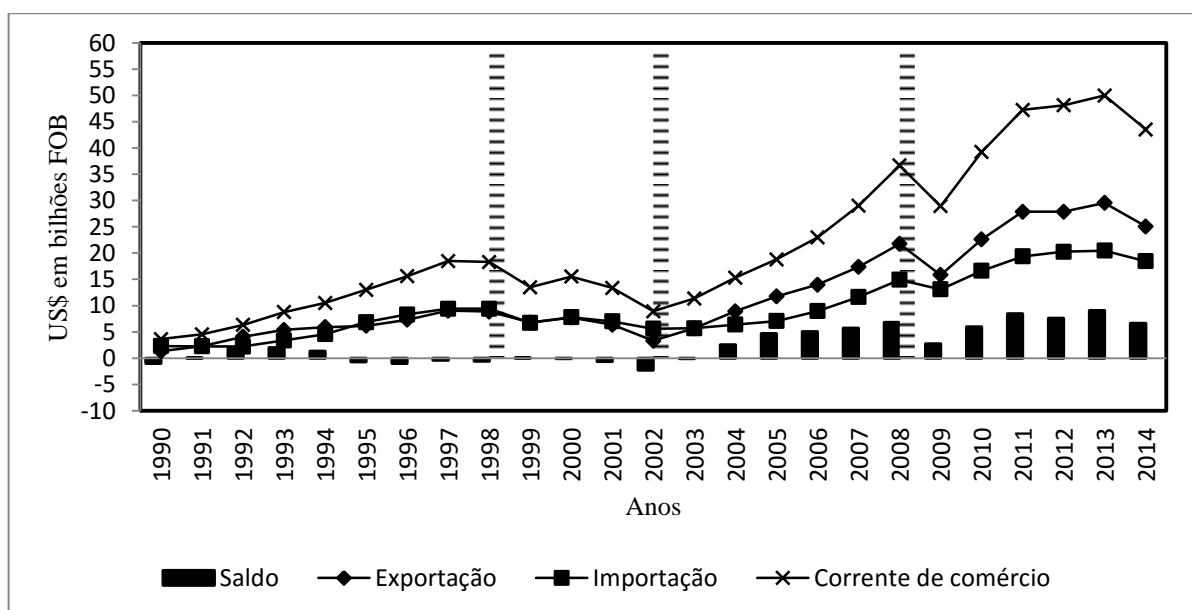
## 2.5 Indicadores do Brasil com o MERCOSUL

Nas próximas subseções será apresentada a evolução das exportações e importações, e o Grau de Abertura Comercial do Brasil com o MERCOSUL no período de 1990 a 2014.

### 2.5.1. Exportações e Importações

O Gráfico 03 apresenta a evolução do fluxo de comércio do Brasil para o MERCOSUL, onde o eixo horizontal representa os anos de 1990 a 2014, e o eixo vertical os valores em bilhões de dólares a preços FOB das exportações, importações, saldo comercial e corrente de comércio. É possível distinguir a partir da corrente de comércio, indicador que permite analisar as exportações e importações em conjunto, 4 fases distintas.

Gráfico 03 - Intercâmbio comercial do Brasil com o MERCOSUL no período 1990 a 2014 (Em bilhões de dólares a preços FOB)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SECEX (2016).

Na primeira fase que abrange os anos de 1990 a 1998, é marcado pelo aumento significativo da corrente de comércio do Brasil com o MERCOSUL. Em 1990 a corrente de comércio correspondia a US\$3,63 bilhões, já em 1998 passaram para US\$18,29 bilhões. O bom resultado se deve, inicialmente pelo processo de abertura comercial do Brasil, a implantação da Tarifa Externa Comum no bloco, e posteriormente pela implantação do Plano Real, que provocou uma forte apreciação cambial no período, como já mencionada anteriormente, estes acontecimentos causaram um aumento do comércio do Brasil com os demais membros do MERCOSUL. É oportuno mencionar que nesse período ocorreu uma série de crises de origem externa, como a crise mexicana em 1995, a asiática em 1997 e a russa em 1998, estas crises levaram no ano seguinte à desvalorização e flutuação da taxa de câmbio brasileira (RIBEIRO, 2009).

A segunda fase compreende os anos de 1999 a 2002, é caracteriza por entraves políticos e econômicos que impactaram negativamente o intercâmbio comercial do Brasil com o bloco, como aponta Baumann (2000) à desvalorização da moeda brasileira relacionada ao peso específico do mercado brasileiro como destino para as exportações dos outros três participantes teve forte impacto negativo sobre o desempenho no comércio do MERCOSUL. Além da resposta negativa diante a desvalorização do Real, pode-se mencionar à crise financeira da Argentina e suas restrições aos produtos brasileiros, além das incertezas quanto as política econômicas que seriam adotadas pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva em seu primeiro mandato como presidente do Brasil. Assim, diante desse cenário adverso, acabou em 2002 registrando US\$8,93 bilhões, a menor corrente de comércio no período.

Na terceira fase de 2003 a 2008, a corrente de comércio aumenta consideravelmente passando de US\$11,37 bilhões em 2003, para US\$36,37 bilhões em 2008. Este desempenho pode ser explicado por um lado pela estabilidade em termos políticos e econômico no Brasil e pelo bom desempenho das economias do MERCOSUL de acordo com Malamud (2013), diante de um ambiente externo favorável com oferta de crédito barato e crescente elevação preço das commodities exportadas, possibilitou a retomada do crescimento dos países membros do MERCOSUL.

A quarta fase compreende os anos de 2009 a 2014, se observa uma redução significativa em 2009 na corrente de comércio do Brasil para o MERCOSUL. A corrente de comércio que, em 2008, era de US\$36,67 bilhões passa para US\$28,94 bilhões, em 2009, uma queda de 21,09% no volume comercializado. Essa redução no intercâmbio comercial do Brasil para o MERCOSUL é resultado da crise do sub-prime ocorrida no ano de 2008, a crise

teve reflexo negativo no bloco, reduzindo o volume de comercialização entre os países membros (CRESTANI; OLIVEIRA, 2014).

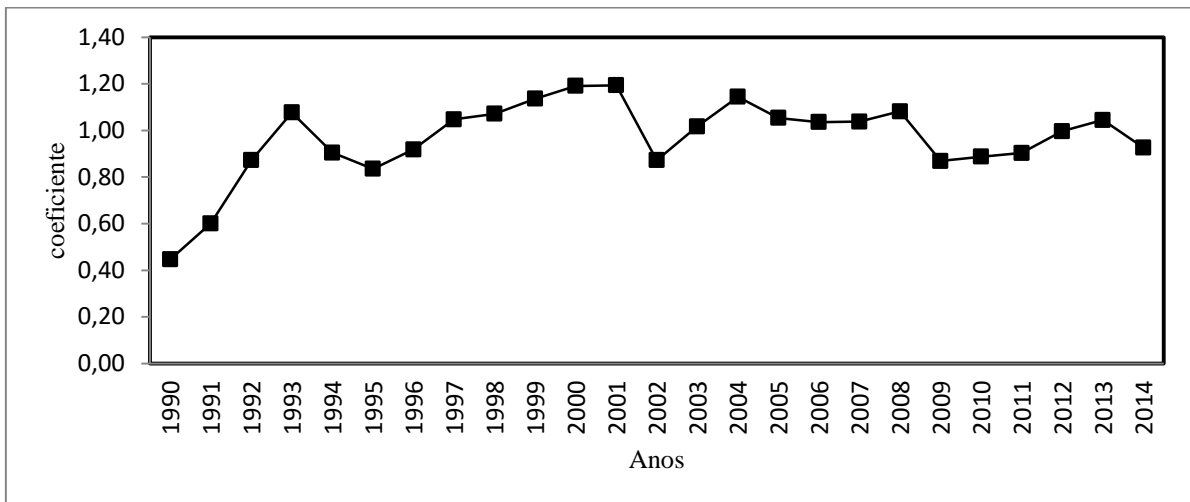
Entre 2010 a 2014, é caracterizado por um período de instabilidade no intercâmbio brasileiro para o MERCOSUL. Os anos de 2010 e 2011 observa a retomada do crescimento tanto das importações como das exportações para o bloco. Todavia, em 2012 as exportações e importações ficam praticamente estagnadas esse ano é marcado por dois eventos importantes, primeiro a entrada República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL e a imposição pela Argentina de uma serie de controles e restrições às exportações brasileiras que acabou exportando para este país em 2012 quase US\$5 milhões a menos do em que em relação ao ano de 2011 (CNI, 2013). Desse modo, apesar do ingresso da Venezuela nesse ano as restrições impostas pela Argentina acabaram reduzindo o comércio do Brasil com o bloco.

Em 2013 se verifica um aumento nas exportações que atingem US\$ 29,53 bilhões, porém, em 2014, caem para US\$25,05 bilhões. Do lado das importações em 2013 esta se mantém no mesmo patamar do ano anterior, já no ano seguinte caem para US\$ 18,45 bilhões. Este resultado é justificado pelo crescimento dos quatro sócios fundadores em 2013 e a reversão no crescimento dos membros, em 2014, provocado principalmente pelo fraco desempenho da economia mundial e a perda de dinamismo da absorção interna dos países do MERCOSUL (BID, 2014).

### *2.5.2. Grau de Abertura Comercial*

O Gráfico 04 apresenta o Grau de Abertura Comercial do Brasil para o MERCOSUL, ou seja, a soma das exportações e das importações anuais do Brasil para o MERCOSUL sobre o PIB brasileiro. Tal coeficiente apresentou momentos crescimento e retração durante o período analisado, todavia é possível identificar duas tendências do gráfico.

Gráfico 04 - Grau de Abertura Comercial do Brasil com o MERCOSUL 1990 a 2014



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Secex e United Nations, (2016).

Ao observar o Grau de Abertura Comercial exposto acima percebe um crescimento significativo entre 1990 e 2001, passando de um coeficiente de 0,45 em 1990 para 1,19, em 2001, o ingresso do Brasil do MERCOSUL com a eliminação de barreiras tarifária e não tarifárias foi de grande relevância para este resultado. Porém uma série de medidas restritivas aos produtos brasileiros impostos pela Argentina em 2002 e depois em 2012, somado a crise financeira de 2008 provocou uma redução no Grau de Abertura Comercial que atingiu em 2014, um valor de 0,93.

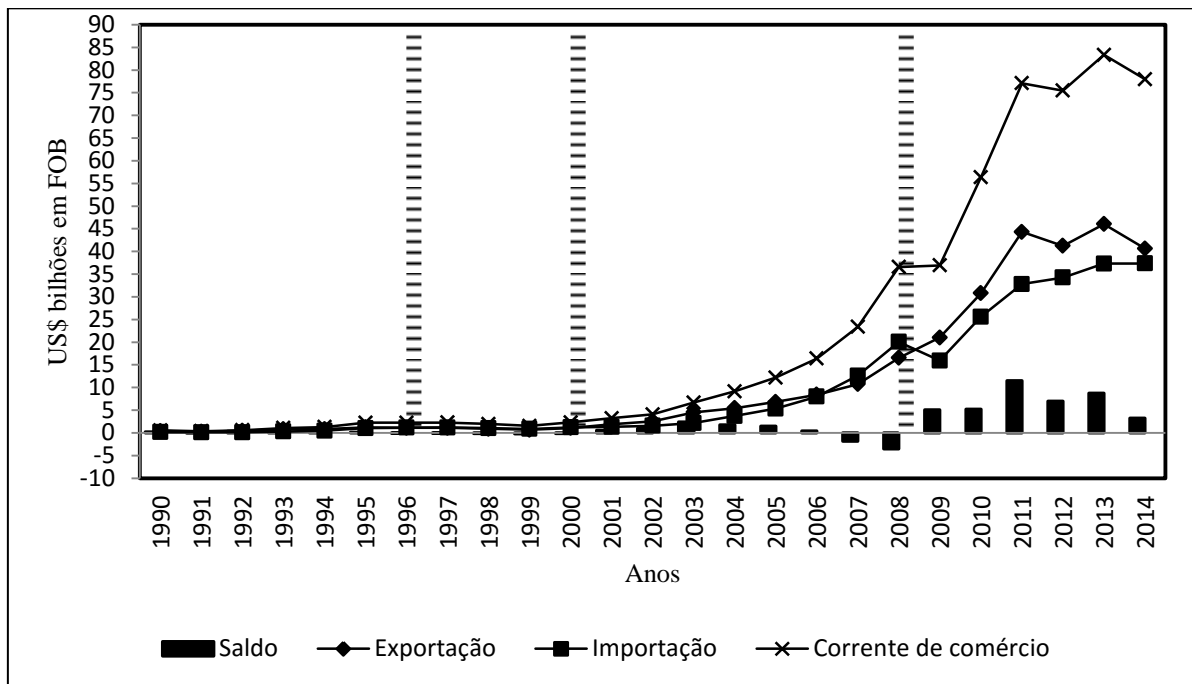
## 2.6 Indicadores do Brasil com a China

Nas próximas subseções será apresentada a evolução das exportações e importações, e o Grau de Abertura Comercial do Brasil com a China durante o período de 1990 a 2014.

### 2.6.1. Exportações e Importações

O Gráfico 05 apresenta a evolução do fluxo de comércio do Brasil para a China, onde o eixo horizontal representa os anos de 1990 a 2014, e o eixo vertical os valores em bilhões de dólares a preços FOB das exportações, importações, saldo comercial e corrente de comércio. É possível distinguir a partir da corrente de comércio indicador que permite analisar as exportações e importações em conjunto, 4 fases distintas.

Gráfico 05 - Intercâmbio comercial do Brasil com a China no período 1990 a 2014 (Em bilhões de dólares a preços FOB)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da SECEX (2016).

A primeira fase corresponde ao período de 1990 a 1996, quando a corrente de comércio apresentou crescimento na maior parte do Intervalo. Após apresentar uma queda na no ano de 1990 para 1991, a corrente de comércio demonstrou aumento passando de US\$0,36 bilhões, em 1991, para US\$2,25 bilhões, em 1996. Este resultado é explicado pelo fato que na década de 1990, a partir da abertura econômica brasileira e a maior inserção chinesa ocorre uma maior aproximação comercial entre as duas nações (OLIVEIRA, 2004).

Na segunda fase de 1997 a 1999, a corrente de comércio apresentou redução ao longo do intervalo. Em 1997 correspondiam a US\$2,25 bilhões, já em 1999 reduziram para US\$1,54 bilhões. Este cenário foi causado pela Crise Asiática em 1997 e crise brasileira no início de 1999, estes acontecimentos provocariam retração no comércio, mais especificamente uma redução das exportações brasileira para Ásia e a manutenção das importações em níveis anteriores aos da crise (OLIVEIRA, 2004).

Na terceira fase de 2000 a 2008, ocorre crescimento considerável na corrente de comércio do Brasil para China. Em 2000, a corrente de comércio correspondia a US\$2,31 bilhões, já em 2008, passaram para US\$36,57 bilhões. Entre 2000 e 2003 o desempenho do comércio do Brasil com a China está relacionado inicialmente a entrada deste país na OMC, ao efeito defasado da desvalorização da moeda brasileira, por um crescimento acima do

normal da demanda chinesa por produtos tradicionalmente vendidos pelo Brasil (MACHADO *et al*, 2006).

Entre 2004 e 2008, o crescimento da corrente de comércio foi impulsionado pelo aumento significativo dos preços das commodities principal produto exportado do Brasil para a China, todavia a continua apreciação da taxa de câmbio verificada no período, acabou por reduzir o saldo comercial mesmo diante forte expansão das exportações (BARBOSA *et al*, 2010).

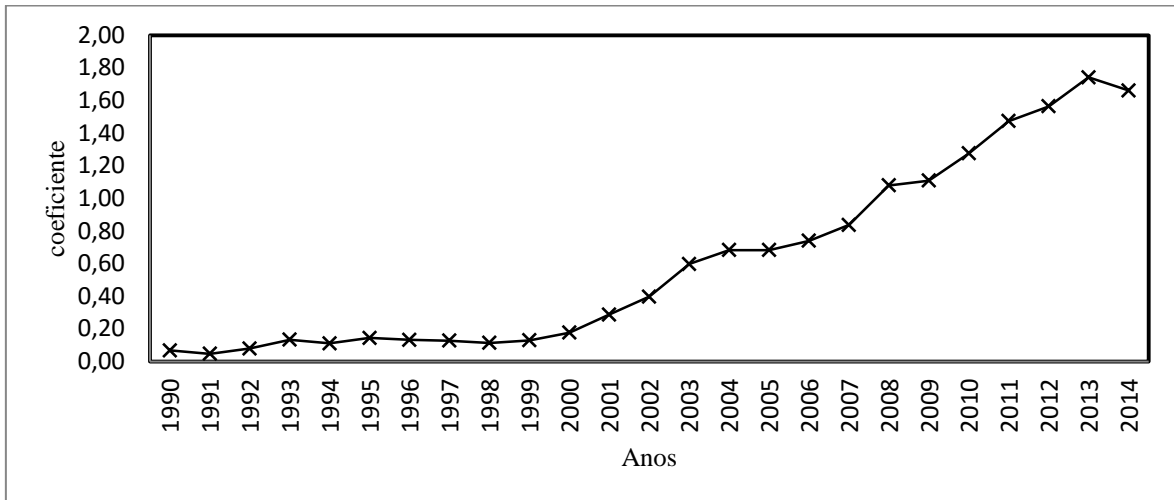
Na quarta fase que compreende 2009 a 2014, a corrente de comércio apresenta em 2009 praticamente no mesmo patamar do ano anterior registrando US\$36,92 bilhões mesmo diante a crise do sub-prime, como aponta Almeida Neta (2012, p.22) “a forte demanda chinesa por produtos primários, o que contribuiu para o crescimento das exportações brasileiras mesmo diante de um cenário internacional não favorável”.

Entre 2010 a 2014, a corrente de comércio apresenta oscilantes. As exportações foram a principal responsável para este resultado. As exportações apresentaram crescimento em 2010 e 2011 e acabam oscilando ente 2012 e 2014. Em 2010 e 2011 os fatores que explicam esse desempenho são a continuidade da demanda chinesa por produtos brasileiros e bom desempenho dos preços das commodities. No ano de 2012 a retração das exportações para a China pode ser explicada pela redução dos preços de commodities, com destaque para o minério de ferro principal produto exportado pelo Brasil para China (BARBOSA, 2013). Em 2013 as exportações voltam a crescer puxado, sobretudo pelo aumento no preço da soja, já em 2014, as exportações caem de forma expressiva causada pela queda dos preços internacionais. Os três principais itens da pauta tiveram redução no valor exportado: soja (-3,1%), minério de ferro (-22,8%) e petróleo bruto (-13,9%) (FIESP/CESP, 2015). Essa queda nos preços fez com que o Brasil registrasse seu pior saldo positivo no período um valor de US\$ 3,27 bilhões em 2014.

#### 2.6.2. *Grau de Abertura Comercial*

O Gráfico 06 apresenta o Grau de Abertura Comercial do Brasil para a China, ou seja, a soma das exportações e das importações anuais do Brasil para a China sobre o PIB brasileiro. Tal coeficiente apresentou momentos crescimento a taxas decrescentes e crescentes, apresentando em suma, uma única tendência ao longo do período analisado.

Gráfico 06 - Grau de Abertura Comercial do Brasil com a China 1990 a 2014



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Secex e United Nations, (2016).

Ao observar O Grau de Abertura Comercial se percebe um leve crescimento entre 1990 e 2000, passando de um coeficiente de 0,07 ,em 1990, para 0,18, em 2000. Todavia, no ano de 2001, com o ingresso da China na OMC e o nos seguintes com aumento na demanda Chinesa por commodities exportada pelo Brasil, o intercâmbio comercial do Brasil com a China passa crescer de forma exponencial. O Grau de Abertura Comercial passa de um patamar de 0,49 em 2001 para 1,74 em 2013 demonstrando um a pequena redução em 2014.

### 3. OS EFEITOS ESTÁTICOS DA INTEGRAÇÃO E ANÁLISE DA CRIAÇÃO E DESVIO DE COMÉRCIO NO BRASIL

Neste capítulo serão apresentados os conceitos de criação e desvio comércio e suas implicações sobre o bem-estar, como também a análise que vai permitir identificar a criação ou desvio de comércio entre o Brasil e MERCOSUL, Estados Unidos e China.

#### 3.1 Criação de Comércio e Desvio de Comércio

A Teoria da Integração Econômica teve como uma de suas origens à teoria das Uniões Aduaneiras, em que estão presentes as discursões sobre o processo de integração, no que tange a assuntos comerciais. Essa teoria possui como principal autor o economista Jacob Viner, que observou dois efeitos ambíguos sobre o bem-estar oriundo da formação de uma União Aduaneira, a criação e desvio de comércio (ROLIM, 1994).

A criação de comércio acontece no caso em que um país da União Aduaneira deixa de fabricar um produto, passando adquiri-lo de um membro da União Aduaneira, já o desvio de comércio acontece quando um país da União Aduaneira passa a adquiri-lo de um outro membro do acordo um produto, que anteriormente importava de um país fora da união. Na primeira situação, há ganho de bem-estar, pois um país menos eficiente passa a comprar de um membro do bloco mais eficiente. Na segunda situação, acontece perda de bem-estar, pelo fato de acontecer a troca de um produtor mais eficiente fora do bloco por um menos eficiente pertencente ao acordo (VINER, 1950 apud SOUZA, 2003, p. 27).

Segundo Krugman *et al* (2010) em um arranjo de preferências de comércio como uma União Aduaneira a participação dos países, que leva a substituição da produção doméstica de custo elevado por importações de custo menor oriunda dos outros países-membros da União Aduaneira se enquadra no caso de criação de comércio. No entanto, se o ingresso acarretar na substituição das importações de baixo custo de uma nação fora da União Aduaneira por produtos de custo elevados de nações pertencentes ao acordo comercial isso é caracterizado como desvio de comércio. Para a formação de uma união aduaneira ser benéfica ou prejudicial, depende dessa união ocasionar a criação ou desvio de comércio.

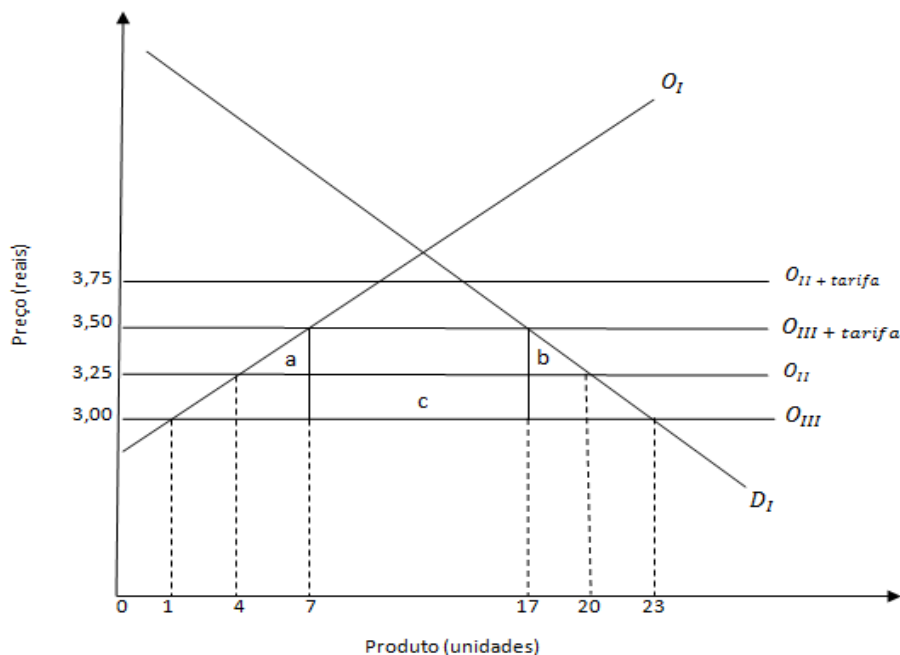
Para Carvalho *et al* (2007) no caso da ocorrência de desvio de comércio, um fabricante mais eficiente externo a união é trocado pelo parceiro menos eficiente. Isso ocasiona diminuição do bem-estar do país, pelo fato, que mesmo que o consumidor pague um preço menor, o país como um todo paga mais do que anteriormente pelo bem. As perdas de

receita tributária superam os ganhos dos consumidores. Na ocorrência de criação de comércio, o fabricante doméstico menos eficiente é trocado pelo parceiro mais eficiente. Quem acaba perdendo é o produtor doméstico, pelo fato, de parar de comercializar. Todavia, o país é beneficiado por que tem acesso ao um bem por um custo menor do que antes da integração.

Os efeitos estáticos criação e desvio de comércio, podem ser influenciados por uma serie de variáveis como: a) quanto mais alta for a tarifa aduaneira anterior à união entre os países do bloco, maior será o efeito criação de comércio; b) quanto maior for o nível de comércio entre os países do acordo, maior será o ganho de bem-estar; c) quanto menor for a tarifa externa comum (TEC), menor será o desvio de comércio e d) quanto mais altas forem as elasticidades de demanda e oferta dos produtos comercializados dentro da união aduaneira, maior será o efeito criação de comércio (SCAMMELL,1974 apud DAVID *et al*, 1997, p. 3).

Para melhor ilustrar os efeitos estáticos sobre o bem estar: a criação de comércio e desvio de comércio, é apresentado a seguir, um exemplo de um mundo composto por três países: país I, país II, país III. Suponham os países comercializam um produto em que a oferta é perfeitamente elástica. O país I e o país II pretendem formar uma união aduaneira, o país III não fará parte do acordo. As curvas de oferta e demanda do país I, são  $O_I$  e  $D_I$  como ilustrado no gráfico abaixo de equilíbrio parcial (CARBAUGH, 2004).

Gráfico 07 - Efeitos estáticos sobre o bem estar de uma União Aduaneira.



Fonte: Adaptado de Carbaugh (2004).

Inicialmente, antes da União Aduaneira o preço de oferta do país II é \$3,25 por unidade do produto, e o do país III é de \$ 3,00 por unidade. Percebe-se que o país III é o ofertante mais eficiente. Assim o país I importa todos os produtos que precisa do país III. Nesta condição de livre comércio o país I consome 23 unidades, produz uma unidade do produto e, importa 22 unidades.

A formação de uma União Aduaneira faz com que o país I e o país II acabem com todas as restrições tarifárias entre si, e mantenham uma tarifa externa comum para o país III. Se o país I cobrar uma tarifa de \$0,50 para cada produto importado do país III e do País II, as suas importações diminuiriam de 22 para 10 produtos. Todavia, diante da União Aduaneira a tarifa do país II é retirada, e a do país III é mantida. Dessa forma o país II se torna o fornecedor mais eficiente com um preço menor. O país I agora adquire todas suas importações do país II, comprando 16 produtos, a 3,25 cada unidade e deixa de importar do país III.

Observa-se que antes da União Aduaneira e com a proteção de suas próprias tarifas o país I importa do país III a um preço de \$3,50 por produto. O ingresso do país I na união resultou na eliminação de todas as tarifas impostas ao país II. Este preço menor de importação do país II (\$3,25) aumenta em três unidades o consumo pelo país I. O ganho de bem-estar é representado pelo efeito consumo relacionado a este aumento do consumo correspondente a área do triângulo “b” no Gráfico 07.

A constituição dessa União Aduaneira também acarreta um efeito produção. A exclusão da tarifa ao país II torna mais competitiva o mercado agora os produtores do país I que são menos eficientes são obrigados a deixar o mercado, provocando a redução de três unidades da produção do país I. A diminuição no custo para obter essa produção é representada pela área do triângulo “a” no Gráfico 07. Caracterizando um aumento de bem-estar diante de um efeito produção favorável.

Apesar de ocorrer um aumento no volume comercializado proveniente da formação da União Aduaneira, parcela deste comércio (10 unidades) foi desviada de um fornecedor mais eficiente o país III, para um fornecedor menos eficiente o país II. A elevação do custo para obter 10 unidades do produto importado é igual área do retângulo “c” no Gráfico 07. Esta é a perda de bem-estar para o país I e para o mundo como um todo.

Assim temos, que:

$$\left. \begin{array}{l} \text{Área Triângulo a} = \text{Ganho de bem} - \text{Estar} \\ \text{Área Triângulo b} = \text{Ganho de bem} - \text{Estar} \end{array} \right\} \text{Criação de Comércio}$$

Área Retângulo c = Perda de Bem – Estar } Desvio de Comércio

Criação de Comércio – Desvio de Comércio = Efeito Líquido do Bem-Estar

Dessa forma, o efeito líquido sobre o bem-estar é obtido pela diferença entre ganho de bem-estar gerado pela criação de comércio e a perda de bem-estar gerado pelo desvio de comércio. A constituição de uma União Aduaneira aumentará o bem-estar dos países membros e do resto do mundo se o efeito criação de comércio mais que compensar o efeito desvio de comércio. Verificado no Gráfico 07, isso ocorre se  $a + b$  for maior que  $c$ .

De acordo com Carbaugh (2004) os efeitos sobre o bem-estar em um acordo regional não são em sua totalidade de origem estáticos há de se levar em conta os efeitos dinâmicos como as economias de escala, concorrência e estímulo ao investimento que influencia ao crescimento dos países participantes do acordo.

Segundo Carvalho *et al* (2007) a teoria ortodoxa da criação de comércio e desvio de comércio sofreu varias criticas, pelo fato, de sua discussão estar fundamentada em premissas microeconômicas, quando a análise macroeconômica seria mais relevante. A criação de comércio é benéfica, pois aloca os recursos de maneira eficiente (análise microeconômica), todavia não se preocupa com as implicações sobre o déficit de Balanço de Pagamentos (análise macroeconômico) que pode ser ocasionado com o aumento das importações.

Para David *et al* (1997) a criação de acordo comercial regional implica em efeitos ao comércio das nações envolvidas, como criação de comércio e desvio de comércio. Entretanto, as perdas e ganhos de bem-estar adivinhos de um processo de integração dependem de vários elementos, dentre eles o grau de abertura e o nível prévio de comércio entre os países do acordo. Dessa maneira, quanto menor for o grau de abertura e quanto menor for o nível prévio de comércio, menores constituíram os efeitos sobre o bem-estar.

Segundo Almeida *et al* (2013) deve-se ressaltar que o desvio de comércio, tem maiores chances de ocorrer em acordos firmados entre países em desenvolvimento do que em estabelecidos entre economias desenvolvidas. O continente latino-americano é um exemplo de ambiente propicio para tipos de acordos que ocasiona desvio de comércio, pelo fato, de possuir teorias ultrapassadas do comércio internacional, adotar políticas comerciais protecionistas, que varias vezes justificadas para conseguir recursos para funcionamento do Estado, do que a intenção de promover a industrialização e o desenvolvimento.

Em estudo realizado por Gouveia Júnior (2003) analisando os efeitos criação e desvio de comércio no MERCOSUL para o caso Brasi,l no período de 1991 a 1999, através

do fluxo, agregado e desagregado, das importações brasileiras intra, extra- área e total. Verificou-se que o MERCOSUL não desvio comércio, ou seja, não desviou as importações dos países não integrantes desse acordo comercial na direção dos países integrantes, acarretando em criação de comércio.

O estudo realizado por Rodrigues e Tavares (2012) examinado os ganhos estáticos da integração econômica no âmbito do MERCOSUL, através do estudo da criação e desvio de comércio observado no Brasil com a integração regional, comparada com as perdas e ganhos com o resto do mundo, no período de 1993 a 2009. Constatou-se que o efeito criação de comércio, para grande maioria dos itens analisados, foi maior no MERCOSUL e, se comparado com as transações exteriores, os desvios de comércio são pouco expressivos e os ganhos sobressair para o MERCOSUL e o mundo. Dessa maneira os resultados mostraram que houve aumento geral de bem-estar para o mundo e o bloco.

Entre outros estudos feitos com acordos comerciais regionais, Morais (2005) analisou o impacto de dois blocos econômicos, o MERCOSUL e NAFTA, no que tange, a criação e desvio de comércio e seus efeitos sobre bem estar, usando um modelo econométrico gravitacional. Os resultados obtidos mostraram que não ocorreu criação de comércio em ambos os acordos. O NAFTA revelou desvio de comércio e o MERCOSUL apresentou dificuldades na mensuração do mesmo.

### **3.2 Análise de criação e desvio de comércio**

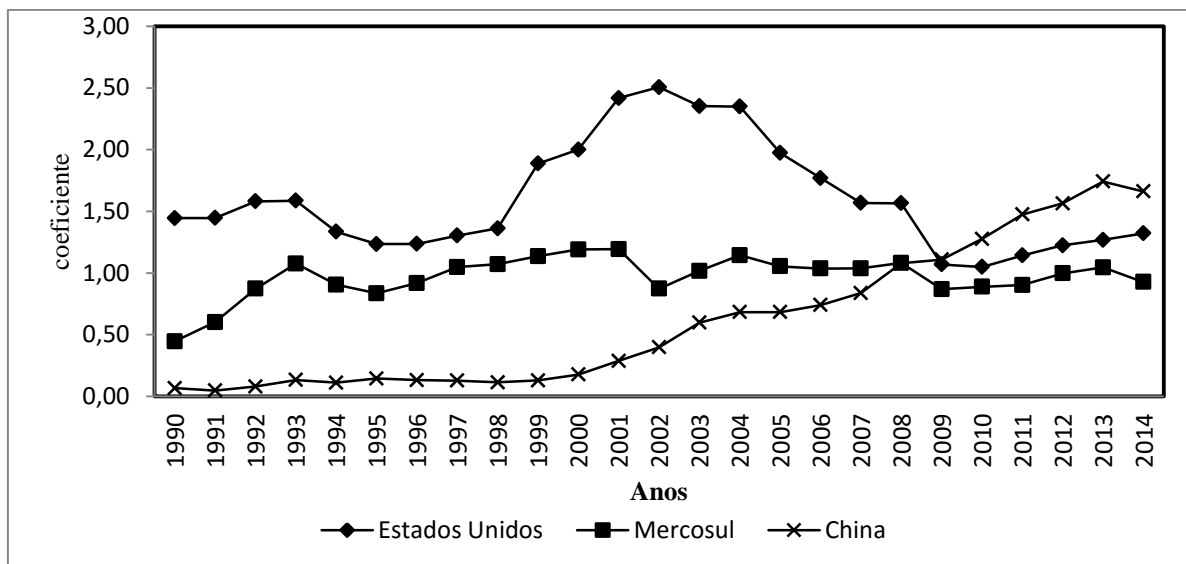
Para este trabalho recorreu-se como forma de mensurar os efeitos estáticos da criação e desvio de comércio e suas implicações sobre o bem-estar, o Grau de Abertura Comercial indicador descrito na terceira subseção do capítulo anterior, que consiste uma proxy, ou seja, uma variável tomada como medida aproximada de uma outra variável para a qual não se têm informações. Constituindo dessa forma de uma variável capaz de indicar a incidência de criação ou desvio de comércio como os ganhos e perdas de bem-estar oriundo de um acordo regional.

A análise consistirá em observar a evolução do comportamento do indicador, quanto maior for o Grau de Abertura Comercial do Brasil para determinado parceiro comercial maior será o ganho de bem-estar ocasionado para o Brasil, por outro lado, quanto menor for o Grau de Abertura Comercial do Brasil para determinado parceiro comercial estudado menor será o ganho de bem-estar ocasionado para o Brasil. Assim permite comparar a evolução do indicador ao longo do período com os demais parceiros, verificando se a participação

comercial do Brasil no bloco não ocorreu em detrimento ao comércio aos demais parceiros analisados.

O Gráfico 08 apresenta o Grau de Abertura Comercial do Brasil com os Estados Unidos, MERCOSUL e China durante anos de 1990 a 2014. Obtido por meio da soma dos valores das exportações e importações do Brasil para os respectivos parceiros comerciais: Estados Unidos, MERCOSUL e China, dividido pelo PIB brasileiro. Dessa forma, o indicador possibilita analisar a participação das exportações e importações de um determinado país em relação a outro, em termos do PIB, ao longo do tempo.

Gráfico 08 - Evolução do Grau de Abertura Comercial do Brasil com MERCOSUL, Estados Unidos e China 1990 a 2014



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Secex e United Nations, (2016).

Para uma melhor comparação do Grau de Abertura Comercial do Brasil com o MERCOSUL, Estados Unidos e China será demonstrada análise em dois períodos distintos. O primeiro de 1990 a 2002 e o segundo de 2003 a 2014. Optou-se por essa divisão para avaliar o período inicial de implantação e o período seguinte em que o bloco já se encontra de forma mais consolidado no cenário internacional.

### 3.2.1. Grau de Abertura Comercial 1990 a 2002.

Nas próximas subseções são apresentados respectivamente nesta ordem o Grau de Abertura Comercial do Brasil com o MERCOSUL, Estados Unidos e China durante o período de 1990 a 2002.

### 3.2.1.1 MERCOSUL

Durante os anos de 1990 e 1993 o Grau de Abertura Comercial do Brasil para o MERCOSUL passou de 0,45 para 1,08 no período. Isso está relacionado com o aumento na corrente de comércio, que teve uma variação de mais de 141,33% no intervalo, o que impulsionou o aumento na corrente de comércio em relação ao PIB foi à exportação, que obteve uma variação de cerca de 308,02%, enquanto a variação da importação neste período foi de apenas 46,13%. O bom desempenho das exportações brasileiras para o MERCOSUL se deve, ao fato das reformas tarifárias para implantação da TEC.

Nos anos de 1994 e 1995 o Grau de Abertura Comercial apresentou uma redução registrando 0,84, em 1995, esse comportamento está relacionado a corrente de comércio teve um crescimento menor ao verificados nos anos anteriores atingindo 23,73% no período. Entre 1996 e 1998 o Grau de Abertura Comercial aumenta alcançando, em 1998, um valor de 1,07. Este desempenho do indicador foi caracterizado pelo aumento na corrente de comércio, que obteve uma variação de 17,22% impulsionada especialmente diante variação das importações 21,53% e pelo PIB que teve um baixo crescimento no período de 0,46%. Este período foi marcado pela valorização na taxa de câmbio reflexo do plano Real, impulsionando as importações e pela crise de externa a crise mexicana em 1995, a asiática em 1997 e a russa em 1998, impactando negativamente a economia brasileira.

O Grau de Abertura Comercial do Brasil para o MERCOSUL em 1999 e 2000 cresce alcançando um valor de 1,19 mantendo-se estável no ano seguinte até registrar 0,87, em 2002. O resultado apresentado no Grau de Abertura Comercial no período foi em função da desvalorização da taxa de câmbio brasileira, que impactou diretamente nas relações comerciais do Brasil com o MERCOSUL somado a isso a crise financeira da Argentina e as restrições às exportações imposta pela Argentina a alguns produtos brasileiros.

### 3.2.1.2 Estados Unidos

No período de 1990 a 1993 o Grau de Abertura Comercial do Brasil para os Estados Unidos aumentou, todavia em menor magnitude, que o verificado no MERCOSUL. O indicador passou de 1,44 para 1,59 no período. A corrente de comércio foi a responsável, mais especificamente as importações que alcançou uma variação de 21,67%, contra uma variação da exportação de 3,28% no período. O crescimento da importação foi impulsionado pela abertura comercial no início dos anos 1990 pelo Brasil.

O Grau de Abertura Comercial do Brasil para os Estados Unidos entre 1994 e 1995 demonstrou uma redução atingindo em 1995 um valor de 1,23. A corrente de comércio contribuiu para esse resultado, pois apresentou uma variação de 23,96% em relação ao ano anterior menor, menor do que verificado em outros anos. Durante os anos de 1996 e 1998, o indicador aumenta, atingindo em 1998 um valor de 1,36. Assim como no MERCOSUL o que permitiu o crescimento do Grau de Abertura Comercial foi a corrente de comércio, que para o caso dos Estados Unidos teve uma variação de 10,77%, com grande participação da importação e pelo baixo crescimento do PIB brasileiro no intervalo. A apreciação cambial e as crises de origem externa contribuíram para esse desempenho no período.

No período de 1999 a 2002 o Grau de Abertura Comercial passou de 1,89, para 2,51 em 2002, maior Grau de Abertura Comercial verificado no período estudado. O que gerou esse importante aumento no indicador foram as exportações que diante a desvalorização da moeda Brasileira iniciada em janeiro de 1999, mantida nos anos seguintes, fez com que as exportações alcançassem uma variação de 44,05% no período.

### 3.2.1.3 China

O indicador do Brasil para a China apresentou crescimento entre 1990 e 1993. O Grau de Abertura Comercial passou de 0,07, para 0,13 em 1993. O crescimento está relacionado com a elevação na corrente de comércio que teve uma variação de 96,92% no intervalo. Na corrente de comércio a exportação foi responsável por uma variação de cerca de 104,13%, e a variação da importação neste período foi de 80,61%. O desempenho da corrente de comércio foi caracterizado pela abertura comercial brasileira e a maior inserção chinesa aproximando as duas economias.

No ano de 1994, o Grau de Abertura Comercial apresentou uma redução, voltando a crescer em 1995 atingindo um valor de 0,14. A retomada do crescimento do indicador foi em função da corrente de comércio que obteve uma variação cerca de 74,72%, em relação ao ano anterior, o que impulsionou o aumento na corrente de comércio foi as importações que teve uma variação cerca de 124%, quanto as exportações variaram cerca de 46,37%. Entre 1996 e 1998, o Grau de Abertura Comercial reduz alcançando em 1998, um valor de 0,11. A redução na corrente de comércio foi a responsável tendo variação negativa de 13,71% no período. A retração no comércio do Brasil com a China foi provocado pela crise Asiática em 1997.

No período de 1999 a 2002 o Grau de Abertura Comercial do Brasil com a China passou de 0,13 para 0,40 em 2002. Isso está relacionado com o aumento na corrente de

comércio, que teve uma variação de mais de 164,37% no intervalo, o que impulsionou o aumento na corrente de comércio em relação ao PIB foi à exportação, que obteve uma variação de cerca de 272,85%, enquanto a variação da importação neste período foi de apenas 79,61%. O significativo desempenho das exportações está relacionado com a desvalorização da moeda brasileira, a entrada da China na OMC e o aumento da demanda chinesa por commodities do Brasil.

### *3.2.2. Grau de Abertura Comercial 2003 a 2014*

Nas próximas subseções são apresentados respectivamente nesta ordem o Grau de Abertura Comercial do Brasil com o MERCOSUL, Estados Unidos e China durante o período de 2003 a 2014.

#### *3.2.2.1 MERCOSUL*

Em relação ao Grau de Abertura Comercial do Brasil com o MERCOSUL no período de 2003 a 2007. O indicador nos anos de 2003 e 2004 aumentou, todavia, nos anos seguintes reduziu mantendo praticamente estável registrando 1,04, em 2007. A variação de 154,88% na corrente de comércio impulsionado especialmente pelas exportações que obteve uma variação de 205,29% no período permitiu a manutenção do indicador em um patamar estável em boa parte do período, apesar do expressivo crescimento do PIB. O perfil da pauta de exportação brasileira para o MERCOSUL é composta em sua grande maioria por produtos manufaturados, o crescimento nas exportações observado do Brasil para o MERCOSUL, se deve ao fato das preferências tarifárias do Brasil com o bloco, dessa forma, mesmo com aumento das exportações de commodities do Brasil para outros parceiros comerciais como a China e a apreciação cambial, a participação brasileira como o comércio do MERCOSUL não foi muito impactado.

Os efeitos da crise imobiliária nos Estados Unidos, em 2008, provocaram um menor Grau de Abertura Comercial do Brasil para o MERCOSUL em 2009. O MERCOSUL apresentou variação negativa na corrente de comércio com o Brasil, no ano após a crise americana, obtendo decréscimo de -21,09%. Diante da redução do comércio, O Grau de Abertura Comercial registou um valor de 0,87.

O Grau de Abertura Comercial do Brasil para o MERCOSUL apresentou crescimento entre 2010 e 2013, passando de 0,89 para 1,04. Podem-se destacar duas situações

nesse período. Primeiro, a retomada do crescimento do comércio das economias emergentes após a crise, possibilitou a corrente de comércio variar 20,41% entre 2010 e 2011. Segundo, caracterizada pela a entrada da Venezuela no bloco e as restrições imposta pela Argentina às exportações brasileiras, implicou uma variação pequena na corrente de 3,91% entre 2012 e 2013. O PIB brasileiro acompanhou a tendência do comércio possibilitando o aumento do Grau de Abertura Comercial no período. O ano de 2104 a retração na corrente de comércio - 12,97% levou a redução do indicador, que registrou 0,93.

### 3.2.2.2 Estados Unidos

No intervalo de 2003 a 2007 o Grau de Abertura Comercial do Brasil para os Estados Unidos reduziu consideravelmente passando de 2,35 em 2003, para 1,57, em 2007. Esta redução do indicador foi caracterizada pelo pequeno aumento verificado na corrente de comércio, que obteve uma variação de 66,51% no período e pelo bom desempenho do PIB no período de variou 149,76%. O ambiente externo favorável e estabilidade da economia brasileira favoreceu o crescimento do PIB, acompanhando pelo aumento da participação de commodities na pauta de exportação brasileira e a valorização da moeda nacional teve negativo na participação de produtos manufaturados na pauta de exportação do Brasil, dado a predominância de exportação de produtos manufaturado para Estados Unidos acarretou um baixo crescimento das exportações brasileiras para os Estados Unidos no período reduzindo a participação do comércio com os Estados Unidos em relação ao PIB.

Os efeitos da crise imobiliária nos Estados Unidos, em 2008, provocou um menor Grau de Abertura Comercial do Brasil do para os Estados Unidos em 2009, ano posterior à crise. Os Estados Unidos apresentou variação negativa na corrente de comércio com o Brasil, no ano após a crise americana, obtendo decréscimo de -32,83%. Diante da redução do comércio, o Grau de Abertura Comercial registrou 1,07.

No ano de 2010 o Grau de Abertura Comercial apresentou uma redução atingindo um valor de 1,05 em 2010, isso ocorreu em função da variação significativa do PIB de 32,73% em relação ao ano anterior, contra uma variação da corrente de comércio de 30,08%. O indicador durante 2011 a 2014 passa de 1,14, para 1,32, em 2014. O aumento do indicador nesse período foi em função da redução do PIB que obteve uma redução no período de -10,27%, contra um aumento ínfimo da corrente de comércio 3,8%. A taxa de câmbio sobrevalorizada e baixa competitividade da indústria de transformação incentivou as

importações e com baixa participação das exportações no intercâmbio do Brasil com Estados Unidos.

### 3.2.2.3 China

Grau de Abertura Comercial do Brasil para a China, no intervalo de 2003 a 2007, apresentou um crescimento considerável, passou de 0,60 para 0,84, em 2007. O bom desempenho do indicador está relacionado com o aumento da corrente de comércio que variou 249,79%, no período, o que foi impulsionado pelo aumento da corrente de comércio em relação ao PIB foi a importação, que obteve uma variação de 487,64%, enquanto a exportação variou 137,10% no período. O bom desempenho do indicador foi caracterizado primeiro o aumento significativo dos preços das commodities principal produto exportado do Brasil para a China incentivando as exportações, e segundo por uma contínua apreciação da taxa de câmbio verificada no período, que acabou por aumentar as importações consideravelmente.

O Grau de Abertura Comercial do Brasil para a China, mesmo diante um cenário internacional nada favorável, com a crise americana, apresentou crescimento, passando de 1,08, em 2008, para 1,11, em 2009. O resultado do indicador foi em função da corrente de comércio, que se manteve praticamente a mesma em 2008 e 2009 obtendo uma variação de 0,95% em relação ao ano anterior, especificamente a exportação obteve uma variação de 27,12%, enquanto que a importação obteve decréscimo de -20,62%, este desempenho foi ocasionado também pelo PIB do Brasil que teve retração de -1,77%, em 2009. Dessa forma, a manutenção do crescimento do Grau de Abertura Comercial do Brasil para a China, foi em detrimento a forte demanda chinesa por commodities brasileiras, contribuindo para o crescimento das exportações.

No período de 2010 a 2013 o Grau de Abertura Comercial do Brasil com a China apresentou crescimento, passando de 1,28 para 1,74. A corrente de comércio foi a responsável por esse aumento, que obteve uma variação no período de 47,80%. Nesse intervalo a demanda Chinesa por commodities brasileiras impulsionou as exportações, salvo 2012 em que a redução do preço do minério de ferro principal produto exportado pelo Brasil provocou uma redução no valor das exportações, e por outro lado a taxa de câmbio apreciada manteve o crescimento das importações. O ano de 2014 a retração na corrente de comércio -6,44%, provocada pela queda nos preços das commodities brasileiras exportada para a China levou a redução do indicador, que registrou 1,66.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ingresso do Brasil no MERCOSUL gerou dúvidas acerca dos resultados em termos de bem-estar que tal integração comercial poderia implicar. Dessa forma, este estudo teve por objetivo verificar se a participação do Brasil no MERCOSUL gerou criação de comércio, com ganhos de bem-estar, ou desvio de comércio, com perdas de bem-estar. Para tanto, fez no primeiro momento, uma revisão das teorias do comércio internacional, dos tipos de integração econômica e uma exposição das experiências integracionistas na América Latina até o MERCOSUL em perspectiva teórica e histórica.

Procedeu-se também a descrição da TEC e variáveis econômicas chaves exportações, importações e o Grau de Abertura Comercial. A partir da caracterização dessas variáveis foi realizada uma análise das exportações, importações e o Grau de Abertura Comercial do Brasil com o MERCOSUL, Estados Unidos e China durante o período de 1990 a 2014. Durante esse espaço de vinte e cinco anos foi verificado um aumento considerável fluxo comercial entre esses parceiros comerciais, sobretudo no início de 2000 até 2014, influenciados por uma série de variáveis conjunturais. Para mensurar essas variáveis foram utilizados dados da Secretaria do Comércio Exterior (SECEX) e UNSD (United Nations Statistics Division).

No intuito de alcançar o objetivo proposto foi realizada uma descrição dos efeitos estatísticos criação e desvio de comércio e uma análise mais detalhada do Grau de Abertura Comercial do Brasil com o MERCOSUL, Estados Unidos e a China entre 1990 a 2014. O período analisado foi dividido em duas partes de 1990 a 2002 e 2003 a 2014.

No primeiro período de 1990 a 2002, pôde-se constatar, de maneira geral, que houve aumento significativo do Grau de Abertura Comercial do Brasil com o MERCOSUL, assim como para os Estados Unidos e China. No segundo período de 2003 a 2014, o Grau de Abertura Comercial do Brasil para o MERCOSUL manteve oscilante em patamares menores que observado no período anterior. Em relação ao indicador para os Estados Unidos este apresentou sucessivas reduções retornando o crescimento do final do período. O Grau de Abertura Comercial do Brasil para China aumentou consideravelmente nesse período.

Diante dos resultados obtidos percebe-se que as relações comerciais estabelecidas entre o Brasil e o MERCOSUL, Estados Unidos e China, ocasionou criação de comércio para o Brasil, pelo fato, que o fluxo de comércio do Brasil aumentou como também com os demais parceiros comerciais os Estados Unidos e a China. Assim, não verificando de maneira agregada, através da corrente de comércio em relação ao PIB o efeito desvio de comércio. No tocante aos objetivos específicos, o referencial teórico permitiu descrever os possíveis efeitos

de um acordo comercial regional. A análise da evolução do comércio e do Grau de Abertura Comercial foi motivada por uma série de variáveis conjunturais. A estimação dos efeitos criação e desvio de comércio através do Grau de Abertura Comercial do Brasil com os demais parceiros comerciais revelou aumento de bem-estar. Dessa maneira, é aceita a hipótese central que a integração internacional do Brasil com o MERCOSUL resultou em criação de comércio e ganho de bem-estar.

Tendo em vista, a participação do Brasil no MERCOSUL pode também inferir que o país está inserido na dinâmica do regionalismo aberto evidenciado pelo fato do Brasil aumentar seu comércio com o MERCOSUL e, também verificando uma maior liberalização multilateral, aumentando suas relações comerciais com países fora do bloco ao longo do período analisado.

Por fim, para trabalhos posteriores, sugere-se que se busque examinar os efeitos criação e desvio de comércio por meio de análise por setores ou principais produtos exportados e importados com o MERCOSUL podendo identificar a ocorrência de perda e ganho de bem-estar. Outra opção seria recorrer uma análise dinâmica ao invés de estática para mensurar o efeito sobre o bem-estar, estudando as variáveis como as economias de escala e o volume de investimento.

## REFERÊNCIAS

- ALEIXO, B, C J. Mercado comum centro-americano. **Revista de informação legislativa**, Brasília, 1984. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/186299/000406289.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 30 mar.2015.
- ALMEIDA, P. R. História do Mercosul (2): crise e perspectiva no século XXI. **Espaço da Sophia**, Tomazina, Ano V, no. 43, p. 63-79, jul./set. 2011b. Disponível em: <<http://www.espacodasophia.com.br/revista/edicoes-antiores/edicao-43.html>>. Acesso em: 18 mar. 2015.
- ALMEIDA, P. R. História do Mercosul: origens e desenvolvimento. **Espaço da Sophia**, Tomazina, Ano V, no. 43, p. 63-79, jul./set. 2011a. Disponível em: <<http://www.espacodasophia.com.br/revista/edicoes-antiores/edicao-43.html>>. Acesso em: 18 mar. 2015.
- ALMEIDA, P. R. **O Mercosul no contexto regional e internacional**. São Paulo: Aduaneiras, 1993.
- ALMEIDA, P. R; LESSA, A, C; OLIVEIRA, H, A. **Integração Regional: Uma Introdução**. São Paulo: Saraiva. 2013.
- BALASSA, B. **Teoria da Integração Econômica**. Lisboa: Ed. Clássica. 1972.
- Banco Interamericano de Desarrollo (BID). **Informe MERCOSUR N° 19**. 2014. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/6704/Informe-MERCOSUR-N-19-2013-2014-Segundo-Semestre-2013-Primer-Semestre-2014.pdf>>. Acesso em 10 mar. 2016.
- BARBOSA, N. Dez anos de política econômica. In: SADER, E (org). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial. 2013.
- BARBOSA, N; SOUZA, J. A. P.A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER, E (org). **Brasil, entre o passado e o futuro**. São Paulo: Boitempo Editorial. 2010.
- BARBOSA, R. A. (1996). **O Brasil e a integração regional: a ALALC e a ALADI (1960-1990)**. In Alburquerque, J. A. G. (org). **Diplomacia para o desenvolvimento. Sessenta anos de política externa brasileira**. V.2. NUPRI. São Paulo. 1996.
- BAUMANN, R. **MERCOSUL – avanços e desafios da integração**. Brasília, IPEA\CEPAL, 2001. Disponível em: <<http://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/1549-mercosul-avancos-e-desafios-da-integracao>>>. Acesso em: 14 mar. 2015.
- BAUMANN, R; CANUTO, O; GONÇALVES, R. **Economia Internacional: teoria e experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Campus. 2004.
- BENATTI, A. S. **A presença da China no MERCOSUL: Implicações sobre o Processo de Integração Regional**. Revista Oikos, RJ, vol. 10 nº 2, p. 215-242, 2011. Disponível em:

<<http://www.revistaioikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewFile/262/160> > . Acesso em: 24 jun. 2015.

BIELSCHOWSKY, R (1998). Cinquenta anos de pensamento na Cepal – uma resenha. In: \_\_\_\_\_ (org) **Cinquenta anos de pensamento na cepal**. Editora Record, Rio de Janeiro. 2000.

BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. 3 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2004.

BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. 5 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2011.

BRAGA, M, B; PAULANI, L, M.A **Nova Contabilidade Social**: uma introdução à macroeconomia. 3ª Ed. São Paulo: Saraiva. 2007.

BRAGA, M. B. Integração econômica regional na América Latina: uma interpretação das contribuições da CEPAL. **Anuais da ANPEC**, 2001. Disponível em:< <http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200101161.pdf>>. Acesso em: 20 mar.2015.

BRUE, S. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Thomson Learning, 2005.

CARBAUGH, R, J.**Economia Internacional**. São Paulo: Cengage. 2004.

CARVALHO, M, A; SILVA, C, R, L. **Economia internacional**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CARVALHO, M. A; SILVA, C. R.L; GHILHARD, A. A. **Intensidade do comércio no Mercosul**. Rev.de Economia Agrícola, São Paulo, v 56, n. 2, p.77-90, juL-dez. 2009. Disponível em: < <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/publicacoes/rea/n2/rea6-2-09.pdf> >. Acesso em: 25 dez. 2015.

CELLI JÚNIOR, U. Teoria geral da integração: em busca de um modelo alternativo. In MERCADANTE, A, A; CELLI JÚNIOR, U; ARAÚJO, L, R (coord). **Blocos econômicos e integração na América Latina, África e Ásia**. Curitiba: Juruá, 2008, p. 19-37.

CEPAL (1990). Transformação Produtiva com Equidade: A Tarefa Prioritária do Desenvolvimento da América Latina e do Caribe. In Bielschowsky, Ricardo (org.). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. Conselho Federal de Economia - COFECON/Ed. Record. Rio de Janeiro. 2000.

CEPAL (1994). O Regionalismo Aberto na América Latina e no Caribe: A Integração Econômica a Serviço da Transformação Produtiva com Equidade. In Bielschowsky, Ricardo (org.). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. Conselho Federal de Economia - COFECON/Ed. Record. Rio de Janeiro. 2000.

COMBA, A. VILLELA, M, A. Da ALALC à ALADI. **Revista de informação legislativa**, Brasília, 1984. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/185420/000406285.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 30 mar .2015.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). As restrições comerciais da Argentina chegam ao órgão de solução de controvérsias da OMC. **Informativo da Confederação Nacional da Indústria**. Ano 2, N.1 Fev. 2013. Disponível em: <[http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo\\_24/2013/12/16/422/20131216093747253634o.pdf](http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_24/2013/12/16/422/20131216093747253634o.pdf)>. Acesso em: 14 mar. 2016.

CORAZZA, G. O “**regionalismo aberto**” da Cepal e a inserção da América Latina na **Globalização**. Porto Alegre: Ensaios FEE, v. 27, n. 1, p. 135-151, 2006. Disponível em <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2114/2496...> Acesso em: 15 mar .2015.

COSTA, T. V. A. **Integração regional e seus efeitos sobre as exportações brasileiras de carne avícola**. Porto Alegre, IEPE-UFRGS, 1999. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2580/000277593.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

CRESTANI, L. A; OLIVEIRA, N. M. MERCOSUL: comércio, crise e indicadores socioeconômicos. In: Mirian Beatriz Schneider Braun (Org.). **A Inserção Internacional do Agronegócio Brasileiro no Pós Crise: A Atuação da OMC, Barreiras e Políticas Comerciais**. 1ed.Curitiba: LedZe Editora, 2014, v. , p. 247-273. Disponível em: <[https://www.academia.edu/10005700/Mercosul\\_Com%C3%A9rcio\\_Crise\\_e\\_Indicadores\\_sociais\\_e\\_econ%C3%B4micos](https://www.academia.edu/10005700/Mercosul_Com%C3%A9rcio_Crise_e_Indicadores_sociais_e_econ%C3%B4micos)>. Acesso em: 21 mar. 2016.

DAINEZ, A. R. I; DAINÉZ, V. I. **Economia Internacional**. Campinas: Alínea, 2014.

DAVID, M. B. A; NONNENBERG, M. J. B. Mercosul: Integração regional e o comércio de produtos agrícolas. Brasília: IPEA, 1997(**Texto para discussão n.494**). Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0494.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0494.pdf)>. Acesso em: 11 mar. 2016.

DEVLIN, R; FFRENCH-DAVIS, R. **Towards and evolution of regional integration in Latin America in the 1990**. Buenos Aires: INTAL, 1998. Disponível em: <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=33036490>>. Acesso em: 12. set. 2015.

ESTEVEZ, T, J. Integração regional na América Latina: da CEPAL ao Consenso de Washington. **Revista IDEAS**, Rio de Janeiro.v. 2, n. 2, p. 172-202,2008. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4059516.pdf>>. Acesso em: 10 mar.2015.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FIESP). **Desempenho saldo comercial brasileiro 2006 A 2014**. 2015. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/desempenho-saldo-comercial-brasileiro-2006-a-2014/>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

FIESP /CIESP. **Raio X das Relações Bilaterais Brasil – China**.2015. Disponível em:<<http://az545403.vo.msecnd.net/uploads/2015/01/raio-x-china-dezembro-2014.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

FRENKEL, R. Globalización y crisis financieras en América Latina. **Revista de la Cepal**, Santiago, 80, 2003. Disponível em: <

[http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/10894/080041054\\_es.pdf?sequence=1](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/10894/080041054_es.pdf?sequence=1) >. Acesso em: 10 jun. 2015.

FURTADO, C. **A economia latino-americana**. São Paulo. Ed Nacional. 1976.

GIAMBIAGI, F. et al., **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Elsevier Brasil Editora. 2005.

GUIMARÃES, P, E. **Componente Tecnológico Comparativo das Exportações ao MERCOSUL e ao Resto do Mundo**. Brasília: IPEA, 2000(Texto para discussão n.765).

Disponível em:<

[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0765.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0765.pdf)>. Acesso em: 26 jun.2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Instituições e desenvolvimento no contexto Latino-Americano: Trajetórias do planejamento governamental na América Latina.

In:\_\_\_\_\_.(org) **Estado, instituições e democracia: desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2010, v.3. (Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro; Fortalecimento do Estado, das Instituições e da Democracia; Livro 9). Disponível em:<

[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro09\\_estadoinstituicoes\\_v0l3.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro09_estadoinstituicoes_v0l3.pdf) >. Acesso em:1 mar.2015.

JUNIOR GOUVEIA, B, M, C. **Criação e desvio de comércio no MERCOSUL: o caso do Brasil**. 2003. Disponível em: < <http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20040216190512.pdf> >. Acesso em: 10 mar. 2016.

KRUGMAN, P; OBSTFELD, M. **Economia Internacional: teoria e política**. 8 Ed. São Paulo. Pearson Prentice Hall. 2010.

KUME, H; PIANI, G. Mercosul: o dilema entre união aduaneira e área de livre-comércio.

**Rev. Econ. Polit.**, São Paulo , v. 25, n. 4, p. 370-390, dez. 2005 . Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31572005000400004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572005000400004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 2 mar. 2016.

MACADAR, B, M. **“Os obstáculos à integração Latino-Americana: Passado e presente”**.

In Indicadores Econômicos FEE, Vol. 20, n 3.Porto Alegre: FEE, 1992. Disponível em:<

<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/719/967>>. Acesso em: 12 mar.2015.

MACHADO, J.B.; FERRAZ, G. Comércio externo da China: efeitos sobre as exportações brasileiras. **Texto para Discussão**, IPEA, n. 1.182, 2006. Disponível em: <

[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1182.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1182.pdf) >. Acesso em: 11 jan. 2016.

MALAMUD, A. Interdependência, liderança e institucionalização: O déficit triplo e as perspectivas negativas para o Mercosul. In: RESENDE, E. S. A; MALLMANN, M. I.

**Mercosul - 21 anos – Maioridade ou imaturidade?**. Editora Appris Ltda. Curitiba.2013.

MERCOSUL. Tratado de Assunção. Disponível em:<<http://www.mercosul.gov.br/tratados-eprotocolos/tratado-de-assuncao-1/>>. Acesso em: 12 maio 2016.

MEROSUL. Disponível em: < <http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul> >. Acesso em: 30 mar.2015.

MORAIS, A, G. **Criação e desvio de comércio no Mercosul e no Nafta**. 2005. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-03012006-113732/pt-br.php> >. Acesso em: 18 mar. 2016.

OLIVEIRA NETA, L. B.. O Impacto da Crise Econômico-financeira de 2008-2009 nas Relações Econômicas do Brasil com a China. 2012. (**Apresentação de Trabalho/Congresso**). Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/viewFile/24318/14900> >. Acesso em: 15 mar. 2016.

OLIVEIRA, H. A. Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília , v. 47, n. 1, p. 7-30, 2004 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292004000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 Jan. 2016.

PATRÍCIO, M. G. L. O Processo de Integração do MERCOSUL: Particularidade e Atualidades. **Em Direito e Justiça**, v.39, n-1, p.41-47, jan.a jun.2013. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/article/view/12571> > . Acesso em: 15 mar.2016.

PRAZERES, Tatiana Lacerda; DINIZ, Ângela Maria Carrato; ROCHA, Maurício Santoro. **O Brasil e a América do Sul: Desafios no Século XXI**. Funag. Ipri. Brasília. 2006.

PREBISCH, R (1949). O desenvolvimento econômico da America Latina e alguns de seus principais problemas In Bielschowsky, Ricardo (org.). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. Conselho Federal de Economia - COFECON/Ed. Record. Rio de Janeiro. 2000.

PREBISCH, R (1959). A Significação do Mercado Comum no Desenvolvimento Econômico da América Latina. In Bielschowsky, Ricardo (org.). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. Conselho Federal de Economia - COFECON/Ed. Record. Rio de Janeiro, 2000.

RIBEIRO, F. J. A evolução da balança comercial brasileira no período 1985-2008.**Revista Brasileira de Comércio Exterior**, n. 100, 2009. Disponível em: < [http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/100\\_FJSPR.pdf](http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/100_FJSPR.pdf) >. Acesso em: 10 fev.2016.

RODRIGUES, A, P; TAVARES, H, C. **Criação e desvio de comércio no Brasil, uma análise sobre as vantagens estáticas da integração regional**. Revista Metropolitana de Sustentabilidade, v. 2, n-1, 2012. Disponível em: < [http://www.revistaseletronicas.fmu.br/index.php/rms/article/view/22/pdf\\_1](http://www.revistaseletronicas.fmu.br/index.php/rms/article/view/22/pdf_1) >. Acesso em: 15 mar. 2016.

ROLIM, C. F.C. Integração versus integração: em busca dos conceitos perdidos. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre. Vol. 22, n. 3, p. 151-172, 1994. Disponível em:<<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/859/1134>>. Acesso em 22 jan.2016.

SANDRONI, P. **Dicionário de economia do século XXI**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SCHMITZ, A, R. **Uma análise da criação e desvio de comércio do Brasil para os casos do Mercosul e Estados Unidos**.2010. Disponível em:<  
<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/676/Monografia%20Anderson%20Schmitz.pdf?sequence=1>>. Acesso em:20.dez.2015.

SECEX. Secretaria do Comércio Exterior. Balança comercial. Estados Unidos. Disponível em:<<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2033&refr=576>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

SLOBODA, P. M. P. **A legalidade da entrada da Venezuela no Mercosul**. Disponível em:<  
[http://ac.els-cdn.com/S1870465415000197/1-s2.0-S1870465415000197-main.pdf?\\_tid=46e0922e-f478-11e5-9e64-00000aacb362&acdnat=1459123492\\_e1effd9594f96061116e3ad61d9e01b2](http://ac.els-cdn.com/S1870465415000197/1-s2.0-S1870465415000197-main.pdf?_tid=46e0922e-f478-11e5-9e64-00000aacb362&acdnat=1459123492_e1effd9594f96061116e3ad61d9e01b2) >. Acesso em: 1 jan. 2016.

SOUZA, A. M. **Criação e desvio de comércio no Mercosul – Período de 1991 a 2000**. 2003. Disponível em:<<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/84802/199719.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 10 mar. 2016.

TRATADO DE MONTEVIDÉU 1960. Disponível em: <  
[http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/ALADI/Tratado\\_de\\_montevideu\\_1960.htm](http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/ALADI/Tratado_de_montevideu_1960.htm) > . Acesso em: 25 mar. 2015.

UNITED Nations Statistics Division. **National Accounts**. Disponível em: <  
<http://unstats.un.org/unsd/snaama/selbasicFast.asp>>. Acesso em: 6 jan. 2016.

ZONA DO EURO. Disponível em:<  
[http://ec.europa.eu/economy\\_finance/euro/adoption/euro\\_area/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/economy_finance/euro/adoption/euro_area/index_en.htm)>. Acesso em: 15 set. 2015.

## ANEXOS

### ANEXO A – Evolução do Produto Interno Bruto Brasileiro a preços correntes em dólares no período de 1990 a 2014

Anos	PIB
1990	406.897.012.370
1991	378.581.334.818
1992	362.646.104.793
1993	406.935.598.866
1994	580.494.364.386
1995	778.052.821.653
1996	849.622.314.042
1997	881.512.355.620
1998	853.815.355.293
1999	594.071.386.008
2000	652.360.092.545
2001	560.746.773.511
2002	512.030.132.311
2003	558.922.146.818
2004	669.615.389.664
2005	892.106.838.952
2006	1.107.789.021.725
2007	1.395.968.448.129
2008	1.694.616.363.405
2009	1.664.562.920.891
2010	2.209.399.718.984
2011	2.615.189.980.596
2012	2.413.174.812.525
2013	2.392.094.499.886
2014	2.346.523.074.596

Fonte: United Nations (2016)

**ANEXO B - Intercâmbio comercial do Brasil com os Estados Unidos - Evolução das exportações e importações no período 1990 a 2014 (Em dólares a preços FOB)**

Anos	Exportações	Importações
1990	7.594.263.027	4.160.683.895
1991	6.264.436.712	4.687.570.150
1992	6.932.757.328	4.538.666.763
1993	7.843.335.397	5.062.251.046
1994	8.816.241.304	6.674.390.616
1995	8.682.812.161	10.519.498.419
1996	9.182.584.604	11.818.422.203
1997	9.274.987.124	13.706.094.568
1998	9.747.316.066	13.514.742.008
1999	10.675.124.224	11.741.047.942
2000	13.189.576.929	12.899.226.083
2001	14.208.572.954	12.905.492.013
2002	15.377.822.589	10.287.452.316
2003	16.728.079.047	9.569.454.702
2004	20.099.235.400	11.357.061.637
2005	22.539.731.875	12.666.508.176
2006	24.524.748.523	14.657.479.678
2007	25.065.048.412	18.723.280.625
2008	27.423.048.799	25.627.961.850
2009	15.601.628.031	20.032.145.355
2010	19.307.295.562	27.044.361.398
2011	25.804.628.156	33.970.288.813
2012	26.700.854.915	32.362.684.966
2013	24.653.476.362	36.018.510.576
2014	27.027.771.514	35.018.330.949

Fonte: SECEX (2016)

**ANEXO C - Intercâmbio comercial do Brasil com o MERCOSUL - Evolução das exportações e importações no período 1990 a 2014 (Em dólares a preços FOB)**

Anos	Exportações	Importações
1990	1.320.244.279	2.311.826.777
1991	2.309.352.601	2.242.704.519
1992	4.097.469.283	2.228.563.468
1993	5.386.909.641	3.378.254.340
1994	5.921.475.981	4.583.270.397
1995	6.153.768.222	6.843.923.909
1996	7.305.281.948	8.301.547.326
1997	9.045.110.950	9.426.133.443
1998	8.878.233.843	9.416.203.081
1999	6.778.178.415	6.719.244.536
2000	7.739.599.181	7.796.208.525
2001	6.374.455.028	7.009.674.042
2002	3.318.675.277	5.611.720.224
2003	5.684.309.729	5.685.228.972
2004	8.934.901.994	6.390.492.978
2005	11.746.011.414	7.053.699.272
2006	13.985.828.343	8.967.386.709
2007	17.353.576.477	11.624.752.344
2008	21.737.308.031	14.934.111.721
2009	15.828.946.773	13.107.441.700
2010	22.601.500.959	16.620.151.158
2011	27.852.507.305	19.375.175.039
2012	27.855.792.746	20.247.237.494
2013	29.533.266.644	20.450.156.238
2014	25.053.087.871	18.445.663.953

Fonte: SECEX (2016)

**ANEXO D - Intercâmbio comercial do Brasil com a China - Evolução das exportações e importações no período 1990 a 2014 (Em dólares a preços FOB)**

Anos	Exportações	Importações
1990	381.803.845	168.792.327
1991	226.405.821	129.040.536
1992	460.031.616	116.775.031
1993	779.394.972	304.856.536
1994	822.416.147	463.495.924
1995	1.203.750.528	1.041.728.048
1996	1.113.828.697	1.132.883.363
1997	1.088.213.686	1.166.420.980
1998	904.879.640	1.033.806.095
1999	676.142.137	865.219.126
2000	1.085.301.597	1.222.098.317
2001	1.902.122.203	1.328.389.311
2002	2.520.978.671	1.553.993.640
2003	4.533.363.162	2.147.801.000
2004	5.441.405.712	3.710.477.153
2005	6.834.996.980	5.354.519.361
2006	8.402.368.827	7.990.448.434
2007	10.748.813.792	12.621.273.347
2008	16.522.652.160	20.044.460.592
2009	21.003.886.286	15.911.133.748
2010	30.785.906.442	25.595.419.005
2011	44.314.595.336	32.790.634.943
2012	41.227.540.253	34.251.274.099
2013	46.026.153.046	37.303.817.486
2014	40.616.107.929	37.344.985.579

Fonte: SECEX (2016)